

Kamilla R. Rizzi

Universidade Federal do Pampa
campus Sant'Ana do Livramento/RS
Brasil
kamillarizzi@unipampa.edu.br

A política externa brasileira para São Tomé e Príncipe: O teor político da cooperação Sul-Sul (1975-2010)

O artigo analisa o teor histórico da política externa brasileira para São Tomé e Príncipe, entre o período de 1975 e 2010, a partir de momentos de maior e menor intensidade, devido aos constrangimentos internos e externos. Analisam-se três períodos com grau de aproximação distinto, sendo a) 1975/1990 – estabelecimento e reconhecimento mútuo; b) 1990/2002 – relativo distanciamento; e c) 2003/2010 – retomada e consolidação dessas relações.

Palavras-chave: São Tomé e Príncipe, cooperação, ajuda internacional, desenvolvimento, pobreza, governação

The article analyze the historic content of the Brazilian external Policy to São Tomé and Príncipe, between 1975 and 2010, at from time greatest and lesser intensity. Here are studied three periods featuring degree rapprochement different, being at) 1975/1990 – establishment and mutual acknowledgement; b) 1990/2002 – relative detachment; and c) 2003/2010 – resumption and consolidation these intercourse.

Key-words: Brazilian external Policy; São Tomé and Príncipe; South-south cooperation; development; political influence; Brazil-São Tomé and Príncipe.

Introdução

O artigo avalia a política externa brasileira para São Tomé e Príncipe, entre o período de 1975 e 2010. Pela análise bibliográfica e de documentos diplomáticos, compreende-se que a política externa do Brasil para o país africano tem momentos de maior e menor intensidade, devido aos constrangimentos internos e externos em ambos os países, dentro do contexto da política africana que o Brasil tem empreendido desde a década de 1970. Analisam-se, assim, três períodos com grau de aproximação distinto entre Brasil e São Tomé e Príncipe, sendo a) 1975-1990 – estabelecimento e reconhecimento mútuo; b) 1990-2002 – relativo distanciamento; e c) 2003-2010 – retomada e consolidação dessas relações.

Nesse sentido, e a partir da constatação desses três períodos distintos, porém complementares entre si, afirma-se como ato contínuo e justificador dessas relações a horizontalidade presente na política externa brasileira, conceituada como cooperação Sul-Sul, ou seja, uma “política ativa de desenvolvimento”. Tal conceito, historicamente consolidado na ação externa do Brasil, também se agrega à área de influência política na qual o país africano se encontra.

O estabelecimento da ação externa do Brasil para São Tomé e Príncipe (1975/1990)

Da independência São Tomé e Príncipe (1975) até 1990, a política externa brasileira buscou primeiro estabelecer o contato oficial com esses países, a partir de uma base de laços histórico-culturais, nos moldes aproximados do que ocorrera com a aproximação Brasil- PALOP. Estabelecidas as relações político-diplomáticas com São Tomé e Príncipe, a política externa brasileira intensificou a relação com esse país a partir do conhecimento de sua realidade e, por consequência, de suas demandas, com o início posterior de trocas comerciais. As ações de cooperação em diversos setores (principalmente saúde, educação, ciência e tecnologia e administração pública) passaram a ser o principal viés dessas relações bilaterais. O seu foco político, complementado por uma clara demanda por ações de cooperação, pautou a política externa brasileira para São Tomé e Príncipe até o ano de 2010. Essas ações de mapeamento de demandas por cooperação técnica (denominados no período, como relacionamento horizontal ou cooperação horizontal) são em verdade ações que iniciam a pauta de cooperação Sul-Sul na política externa brasileira. Essa aproximação do Brasil com São Tomé e Príncipe (e também com os demais PALOP) insere-se no contexto da conexão do tipo cooperativa, conforme visto no capítulo anterior.

Baseando-se nesses elementos, entende-se que o período áureo dessa política africana do Brasil tenha ocorrido entre 1969 e 1985. A repaginada tentativa brasileira de inserção internacional, possibilitada pelo desenvolvimento econômico e pela política externa específica do Regime Militar, a qual viabilizou o projeto nacional-desenvolvimentista, ampliou a visão geoestratégica sobre o Oceano Atlântico. Como consequência, ficou evidenciado o crescente interesse brasileiro pelo continente

africano como parceiro político (depois do fim das ambiguidades com Portugal¹) e como potencial mercado consumidor – em face às independências dos países africanos, como realmente veio a ocorrer nos governos posteriores. Na década de 1970, o papel da África na política externa brasileira, além do discurso culturalista e histórico da solidariedade entre os povos, passou a se direcionar à questão dos mercados potenciais.

Em 12 de julho de 1975, data da independência são-tomense, o Presidente Geisel saudou o Presidente da República de São Tomé e Príncipe, Manuel Pinto da Costa, reconhecendo o novo Estado africano. A bandeira são-tomense foi hasteada ao lado do Pavilhão Nacional do Palácio Itamaraty, como forma de homenagear o novo país. Em seu discurso na XXX Assembleia Geral das Nações Unidas, o Chanceler Azeredo da Silveira fez uma saudação especial ao país, novo membro da Organização, reafirmando a ligação histórica, mas projetando esses laços “agora, num futuro de colaboração e de entendimento” (AZEREDO DA SILVEIRA, 1975, pág. 35).

Já em 31 de dezembro de 1975, o Brasil criou sua embaixada em São Tomé e Príncipe², embaixada essa cumulativa com a Embaixada na República da Nigéria, cujo início das atividades deu-se em janeiro de 1976, em Abuja. A partir de 22 de outubro de 1979, a Embaixada do Brasil em São Tomé e Príncipe passou a ser cumulativa com a Embaixada brasileira em Luanda (até o ano de 2002).

Com a independência, São Tomé e Príncipe passou a ser uma República Democrática, diferente da designação optada por Cabo Verde e Guiné-Bissau (apenas República), Angola e Moçambique (República Popular). O MLSTP assumiu um país que sofria com a escassez de alimentos, o elevado desemprego e temores de violência política, onde a manutenção do regime e o desenvolvimento econômico eram as duas bases essenciais. Logo, sua afirmação interna esteve extremamente ligada ao contexto externo. Para Denny e Ray (1988), o MLSTP passou a demonstrar os sintomas clássicos de um movimento de libertação nacional, que alcançou o poder durante a fase da revolução nacional e democrática, onde, durante esse período inicial,

névoas da confusão [...] obscureceram a visão daqueles que estavam sendo transformados de nacionalistas em socialistas e capitalistas. A confusão reinou como as forças da direita e da luta da esquerda para a direção determinada. O movimento revolucionário começou a clarificar a sua política de direções, mas [também] começou a sofrer sua primeira divisão pós-independência e deserções [...]. (DENNY & RAY, 1988, pág. 144).

Com o regime de partido único, o Estado são-tomense se consolidou sob a própria sombra do MLSTP, enquanto base política nacional. Em 1980, uma segunda Constituição foi aprovada pela ANP, introduzindo a eleição de delegados das sete Assembleias distritais populares, por período de 30 meses, por voto aberto, direto e universal. A centralização do poder são-tomense nas mãos do Presidente Da Costa

¹ Ambiguidade relativa ao apoio brasileiro ao colonialismo português, ora velado, ora discreto, especialmente no âmbito das Nações Unidas, entre 1946 e 1975.

² Na mesma data, também foram criadas as embaixadas brasileiras no Alto Volta, Angola, Guiné Equatorial, Lesoto e Moçambique, por meio do **Decreto Presidencial nº. 76.966/1975**. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=76966&tipo_norma=DEC&data=19751231&link=s> Acesso em: 18 jan. 2011.

durante a década de 1980 foi reflexo das emendas constitucionais de 1982, onde se introduziram pequenas modificações que permitiam o controle das atividades de todos os ministérios e órgãos estatais, além da criação de um comitê executivo regulador dentro do gabinete do governo. Essa concentração do poder no Presidente (uma típica autocracia, conforme Seibert, IDEM) levava a intrigas e conspirações dentro do partido, às vezes acompanhadas por tentativas de golpe. Sob esse pretexto de ameaça de golpe e invasão, o regime do MLSTP, em 1978, solicitou ajuda militar aos demais PALOP (Guiné-Bissau e Angola enviaram soldados)³. As atitudes centralizadoras do regime continuavam com a expulsão de empresários portugueses. Essas pressões (e tensões) políticas internas também se relacionavam ao descontentamento crescente da população, pela falta de produtos, declínio do nível de vida e mesmo questões específicas como o motim contra o recenseamento de 1979 – entendido pelos são-tomenses como tentativa de introdução de trabalhos forçados, ou mesmo a revolta no Príncipe, em 1981, pela falta de bens de consumo. Paralelo a isso, as desavenças pessoais e políticas entre Da Costa e Trovoada aumentavam, numa luta pessoal pelo poder são-tomense.

No pós-independência, ficaram residindo apenas 100 brancos no país e o Estado são-tomense passou a ser gerido por um quadro de pessoal jovem, inexperiente e por vezes sem formação⁴. Os trabalhadores serviçais angolanos e moçambicanos voltaram para seus países mas os trabalhadores serviçais cabo-verdianos (em torno de 9.000) permaneceram em São Tomé e Príncipe. Ao mesmo tempo, a maior parte dos são-tomenses em êxodo nos demais PALOP voltou à pátria (aproximadamente 10.000). A maioria desses retornados eram forros, que reivindicavam cargos na burocracia estatal, pois as vagas e postos eram destinados de acordo com uma estratificação da sociedade forra, onde essa elite tinha o privilégio. Em contraponto, os trabalhadores serviçais não tinham alternativa a não ser permanecer nas roças. Essa conjuntura social de profundas demandas por recursos humanos e profissionalizantes passou a ser a base da política externa brasileira para o país.

A cultura cacaueteira ainda era a base da economia nacional (daquela provinha, em 1975, metade dos assalariados empregados, bem como a quase totalidade das receitas de exportação). Após os distúrbios pós-independência (que diminuíram em 50% a produção agrícola nacional), a produção cacaueteira retornou em 1979/1980 a uma produção média de 7.000 toneladas por ano. Em contraste à alta produção, as empresas não recebiam nenhum investimento adicional, colocando em xeque o desenvolvimento econômico nacional (apenas 22% do investimento total nacional foi para a agricultura, entre 1975 e 1987). Como consequência, a produção cacaueteira diminuiu gradualmente à medida que a infraestrutura das plantações nacionalizadas se degradava. À falta de experiência e recursos pode ser adicionado o desprezo dos forros pelo trabalho agrícola, ocasionando novos problemas de escassez mão-de-obra. A nacionalização ocorreu em quase todos os setores da economia são-tomense. Em 1979, iniciou-se o planejamento anual, elaborado para combater o imprevisto da eco-

³ Os 100 soldados guineenses deixaram São Tomé e Príncipe no ano seguinte, o efetivo angolano (inicialmente de 1500 homens) permaneceu no país até 1991, quando reduzido a 500 soldados.

⁴ Em 1975, por conta dos impedimentos impostos por Portugal para formação superior dos negros, apenas 5 são-tomenses tinham grau universitário na administração pública.

nomia. No entanto, as metas não foram atingidas, nem medidas programadas eram adotadas, seja em função da ineficiência burocrática, seja em função da carência de quadros de pessoal.

No âmbito externo, ainda em julho de 1975, São Tomé e Príncipe passou a ser membro da OUA e em setembro seguinte tornou-se o 140º Estado membro da Organização das Nações Unidas. Em dezembro seguinte, a primeira decisão de política externa direcionou-se às ameaças da África do Sul para São Tomé e Angola, como preparação à invasão do território angolano do final do mesmo ano. Consequentemente, o MLSTP cessou a antiga política portuguesa de permitir que aviões com destino e com base na África do Sul utilizassem o espaço aéreo são-tomense. Também se deterioraram as relações com o Gabão, em função de disputas por reservas de petróleo no Golfo da Guiné. A abertura da indústria nacional petrolífera gabonesa tornou a região potencialmente interessante às multinacionais ocidentais (principalmente francesas). Acordos de cooperação foram assinados com Portugal e França⁵. Em 1977, o país tornou-se membro do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. A política externa são-tomense entre 1975 e 1989 tinha quatro eixos de ação prioritários: 1) Portugal, 2) França e África francófona, 3) PALOP e 4) o bloco socialista, dentro da política de não alinhamento são-tomense. Entretanto, a preferência do regime, conforme Seibert, estava nas relações políticas com os pares PALOP por um lado, e com os países socialistas, como Cuba e URSS (principalmente por cooperação na área militar, econômica e na área da saúde), China, República Democrática Alemã e países do Leste Oriental, por outro (SEIBERT, 2002, pág. 142-143).

Em 1979, Pinto da Costa participou da primeira cúpula dos Chefes de Estado dos países africanos lusófonos, em Luanda. Especialmente com Angola a cooperação mostrava-se mais profícua, em razão do contraponto mútuo às tentativas de invasão sul-africana ao território angolano⁶. As pressões econômicas não possibilitaram aos PALOP criar um organismo econômico lusófono africano, e os países passaram a atuar na órbita da Francofonia (especialmente Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe), por meio de suas organizações regionais. Em 1983, São Tomé e Príncipe entrou na zona do Franco (CFA), encerrando a existência do Dobra; o país também foi um dos dez Estados fundadores da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), de influência francesa.

Nesse contexto de demandas são-tomenses, a primeira missão técnica brasileira visitou São Tomé e Príncipe de 31 de março a 7 de abril de 1980, com o objetivo de analisar as questões do país africano relacionadas à produção de café e cacau. Composta por membros do SENAC, SENAI, Ministério da Agricultura e do Instituto Agrônomo de Campinas, a missão vislumbrou as possibilidades de cooperação entre os dois países, especialmente na área agrícola (produção e treinamento de recursos humanos). Entre 19 e 27 de maio de 1980, o Ministro da Agricultura são-tomense, Arlindo Gomes e uma delegação de técnicos, visitaram o Brasil para participar da

⁵ Outro ponto de atrito com o Gabão referia-se a ainda servir de exílio aos oponentes do regime do MSTP, como fora o caso de Carlos Graça, em 1977.
⁶ Angola forneceu petróleo a São Tomé e Príncipe, em termos concessionários, cobrando apenas US\$4 por barril, enquanto o preço do mercado internacional variava de US\$18 e US\$20 (conforme Seibert, esses pagamentos nem chegaram a ocorrer). A própria Companhia aérea nacional de Angola (TAAG), mantinha voos regulares de Luanda a São Tomé e a Cabo Verde. Ainda foram concedidos direitos de pesca gratuitos, aos são-tomenses, em águas territoriais angolanas.

Assembleia Extraordinária dos Países Produtores de Cacau – que ocorreu em Salvador –, além de “estreitar os laços de amizade e cooperação entre os dois países”, como afirmou o próprio Ministro, em recepção oferecida pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores do Brasil, João Clemente Baena Soares, no Palácio Itamaraty de Brasília. No evento, tanto o Ministro são-tomense quanto o diplomata brasileiro reconheceram o relativo atrasado das relações bilaterais: “Estamos tão próximos e custamos tanto a nos encontrar. É preciso recuperar este tempo em que, por uma série de circunstâncias, não nos foi possível uma aproximação maior” (BAENA SOARES, 1980, pág. 87).

Em 12 de julho de 1980, o Presidente Figueiredo e o Chanceler Saraiva Guerreiro congratularam São Tomé e Príncipe pelo 5º aniversário da independência, reafirmando o estreitamento dos laços entre os países, trabalhando em conjunto pela “cooperação mutuamente profícua, em prol do bom [sic] estar de nossos povos” (GOVERNO BRASILEIRO, 1980, pág. 195)⁷. Em 05 de maio de 1982, o ministro da Agricultura Arlindo Gomes novamente visitou Brasília, reunindo-se com representantes dos Ministérios das Relações Exteriores e da Agricultura, demandando ações na área agropecuária, que passaria a ser a base da cooperação bilateral.

As causas de parte dessas demandas crescentes por cooperação brasileira podem ser encontradas na falha do Estado são-tomense enquanto empresário, ao passo que a política econômica não suportava o desenvolvimento pretendido pelo país, nesses primeiros anos de independência (Seibert, 2002). O poder político (aliado às tensões e alianças constantes) manteve a estratificação social, sustentando a maior parte da população longe das redes de distribuição criadas pelo governo. Como a economia de plantation se deteriorou e virtualmente nenhuma outra base de recursos locais existia, o poder do aparelho do Estado restringiu-se ao acesso a fundos estrangeiros concedidos pelos aliados socialistas. Enquanto não era permitido nenhum grupo organizado fora das estruturas do MLSTP, as organizações do partido existentes nunca satisfizeram as expectativas da liderança.

Frente à crise e o fracasso das políticas adotadas, em 1985, o Presidente Da Costa modificou profundamente a política econômica, revitalizando a indústria cacauífera como a base da economia nacional. O Banco Mundial teve papel fundamental nessa guinada, ao sugerir que a ajuda internacional dependeria “da boa vontade do governo são-tomense em tirar de si a produção e abrir as oportunidades para os mecanismos de mercado” (DENNY & RAY, 1988, pág. 173). A partir dessa conjuntura, investimentos estrangeiros privados foram autorizados em março de 1986, no mesmo passo que a ECOMEX diminuiu sua participação nas exportações do país, em prol de companhias estrangeiras⁸. Em complemento, a diversificação da agricultura para exportação foi gradualmente ampliada, com as culturas de café, copra, banana e pêra. Uma política nacional de pesca foi adotada, organizando os pescadores em cooperativas regionais, doando embarcações modernas e mais resistentes, além da reestruturação do mercado interno de pescados (também ocorrera a assinatura de tratados de pesca com Portugal, URSS, Angola e Comunidade Econômica Europeia).

⁷ Ainda em 1980, o Brasil enviou duas missões técnicas a São Tomé e Príncipe, objetivando a identificação das demandas são-tomenses quanto à cooperação, especialmente na área de agricultura (cacau) e da formação de recursos humanos.

⁸ O controle estatal na produção de cacau declinou, sendo que de agosto de 1985 a julho de 1986, 650 hectares foram transferidos para pequenos e médios proprietários.

É interessante notar que São Tomé e Príncipe, em razão das profundas necessidades econômicas e sociais pelas quais o país passava, acabou se aproximando de outros países socialistas, como Romênia, Iugoslávia e URSS (final da década de 1970 e início da década de 1980). No entanto, face o baixo nível de cooperação recebido destes e da presença constante de Portugal em sua agenda política, o redirecionamento ao Ocidente ocorreu a partir de 1983, quando da assinatura de um acordo de cooperação militar e na área de comunicação com os portugueses. A análise do encarregado de negócios da embaixada brasileira em Luanda sobre a predisposição são-tomense em aproximar-se dos países ocidentais (especialmente Portugal, França e Brasil):

[...] a interação de [...] distintos fatores tende a alargar o leque de parceiros ocidentais considerados como especiais para São Tomé e Príncipe, entre os quais Portugal volta a se alinhar em posição dominante, a França confirma uma boa presença e o Brasil começa a impor-se, pela consistência da sua política de cooperação para o desenvolvimento, de crescente aceitação junto à cúpula governamental com poder decisório. (ARRUDA, 1984, pág. 2).

Essa reorientação da política externa são-tomense para o Ocidente apenas se efetivaria concretamente a partir de 1985, complementada pelas reformas econômicas de cunho liberal. Nota-se que o Ocidente, para os são-tomenses, configurava-se como Portugal e Comunidade Europeia, Brasil e EUA, mas ainda mantinha-se a dependência logística de Angola (transporte aéreo e marítimo). Por esse motivo, as relações do Brasil com São Tomé e Príncipe, na década de 1980, estiveram em grau de morosidade e de contatos esporádicos, apenas.

A visita da Ministra de Negócios Estrangeiros são-tomense Maria do Nascimento da Graça Amorim ao Brasil, em junho de 1984 resultou na assinatura dos Acordos Cultural⁹ e Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, em 26 de junho de 1984. Foram listadas as várias iniciativas de cooperação entre os dois países já implementadas, tanto por demandas apresentadas por aquele país como por missões realizadas pela Agência Brasileira de Cooperação a São Tomé e Príncipe – especialmente nas áreas de agricultura e formação de recursos humanos. Como resultado imediato desse Acordo, foi criada a Comissão Mista para a Cooperação Econômica, Técnica, Científica e Cultural composta por delegações das duas Partes, cujas funções são:

ARTIGO III: [...]

a) acompanhar e dinamizar a execução do presente Acordo e de outros acordos concluídos ou a serem concluídos entre os dois países, analisar e propor medidas para ultrapassar as dificuldades resultantes da sua aplicação;

⁹ Esse Acordo cultural bilateral apenas foi promulgado pelo Presidente Fernando Collor de Melo em 12 de novembro de 1991.

b) submeter propostas aos Governos dos dois países referentes ao desenvolvimento das relações económicas, comerciais, científicas, técnicas e culturais entre os dois países. (ACORDO GERAL, 1991, pág. 191).

Em mensagem de março de 1985, um novo item de demanda são-tomense passou a fazer parte da pauta de cooperação bilateral junto com a agropecuária, onde

As áreas de hotelaria e agro-indústria constituem dois setores prioritários pelo governo santomense e para os quais o Brasil poderá vir a contribuir em termos de consultoria e/ou venda de bens e serviços, na medida em que aquele país já dispõe de financiamento de fontes multilaterais para alguns projetos (ARRUDA, 1985, pág. 1).

Em abril de 1985, uma nova missão liderada pelo Ministro Carlos Tiny visitou o Brasil, para “levantamento de possibilidades de cooperação técnica e intelectual bilateral”; em outubro seguinte, outra missão ministerial são-tomense esteve no Brasil, para identificar as suas demandas na área de cooperação: agricultura (projetos para recuperação das roças de cacau) e telecomunicações (ocasionando a assinatura de Memorando entre a Funtevê, empresa estatal são-tomense e a Rede Globo de Televisão, para difusão de programas de televisão do Brasil em São Tomé e Príncipe).

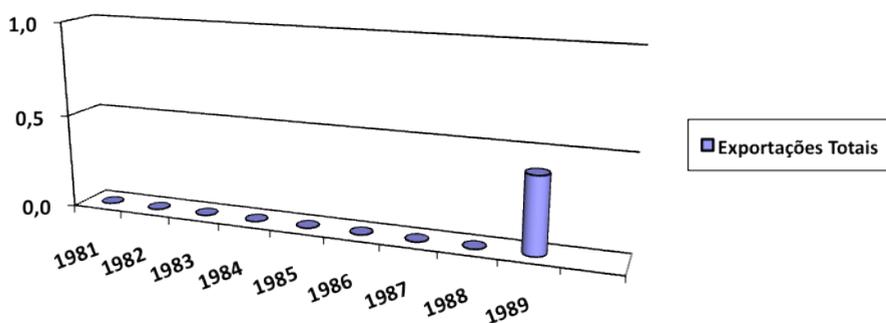
A 1ª Conferência de Parceiros de Desenvolvimento com São Tomé e Príncipe, promovida pelo governo são-tomense em Bruxelas, em dezembro de 1985, foi pauta de atenção do DEAF e da embaixada brasileira em Luanda, onde “do ponto de vista político, parece útil, necessário e aconselhável que o Brasil se faça presente (...) na reunião de Bruxelas” (VALADARES, 1985, pág. 1). O Brasil acabou sendo representado pela Divisão de Europa no evento. Em relato de reunião com o Chanceler são-tomense (Guilherme Posser da Costa) e os Ministros da Agricultura (Oscar Aguiar Sacramento e Souza), das Finanças (Prudêncio Rita), do Comércio, Indústria e Pesca (Carlos Bragança Gomes) e da Saúde (Carlos Frederico Sequeria), o embaixador brasileiro Paulo Dyrceu fez uma síntese do status da política brasileira para o país, ainda em grau diminuto: “(...) [era necessária] uma reavaliação das relações no plano político, de procurar dinamizar a cooperação bilateral em algumas áreas específicas que titulares de outros postos me representariam como prioritários” (PINHEIRO, 1987, pág. 2).

Os ministros fizeram questão de apresentar o programa de ajuste estrutural pelo qual o país iniciaria sua reforma económica e deram “absoluta prioridade (...) à reabilitação da economia cacauífera do arquipélago e a contribuição que o Brasil pode prestar para aquele esforço” (PINHEIRO, id., pág.1). Naquela reunião, ficou clara a urgente necessidade são-tomense por a) técnicos para as zonas de lavoura cacauífera e a implantação de culturas alternativas (como a horticultura e a fruticultura de exportação), além de um projeto pecuário, que buscava introduzir variedades de gado resistente às condições locais, b) na área de transportes, com planos de reparação de rodovias, o que abria oportunidades para construtoras brasileiras que “eventualmente poderiam participar de outros projetos futuros” (id., pág. 2) e c) uma linha de crédito para aquisição de alimentos brasileiros.

Em 21 de dezembro de 1987, em Luanda, foi assinado o Acordo básico de Cooperação Científica e Técnica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, uma espécie de “acordo guarda-chuva”, que possibilitaria a efetivação de ações de cooperação no futuro próximo. Em 1988, Joaquim Rafael Branco, embaixador são-tomense junto às Nações Unidas, passou a ser embaixador cumulativo junto ao governo brasileiro.

No que se refere ao comércio bilateral, os dados oficiais apenas passaram a ser documentados entre produtos manufaturados, semimanufaturados, básicos e serviços a partir do ano de 1981. Os dados anteriores são escassos e representam simbolicamente as relações bilaterais comerciais, como é o caso do ano de 1980, onde o Brasil exportou para São Tomé e Príncipe apenas US\$5 (CACEX, 1980). Nesse sentido, a partir de 1981, a documentação oficial das relações comerciais se tornou mais padronizada, o que justifica a escolha por iniciar-se a análise desses dados nesse momento.

**Gráfico 1: Exportações totais brasileiras para São Tomé e Príncipe (1981-1989)
(US\$ F.O.B. milhares)**



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados constantes de “Estatísticas do século XX”, do IBGE. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/setor_externo/tabelas/tabelas.shtml
Acesso em: 13 jan. 2011.

Logo, verifica-se que entre 1975 e 1979 e entre 1981 e 1988 as exportações brasileiras para as ilhas foram nulas; no ano de 1989, o valor apresentado (US\$353,00) refere-se aos serviços por participação da empresa brasileira Hidroservice, no Projeto Hidrossanitário e de Viabilidade Ambiental de ampliação do Aeroporto Internacional de São Tomé e Príncipe, em parceria com o Governo de São Tomé e Príncipe.

Retraimento da política externa brasileira para São Tomé e Príncipe (1990/2002)

Diante da nova configuração internacional do período pós-Guerra Fria, o Brasil entrou, parcialmente, num ciclo neoliberal, iniciando-se um período mesclado por fatores diversos e contraditórios, que também resultou em um teor dúbio da política externa brasileira na década de 1990, em face das mudanças no próprio sistema mundial. Bueno & Cervo (2008, pág. 6-7) consideram que há uma divisão em três di-

reconhecimentos dessa no período, qual seja: num primeiro momento, ainda persistiam características do Estado Desenvolvimentista antes citado, com linhas de atuação externa autônomas, em que o Estado era empreendedor; num segundo momento, denotavam-se características do Estado Normal, com visíveis ascendências neoliberais, quando o Estado Nacional passou a ser subserviente às exigências do sistema financeiro internacional, sendo destrutivo em relação à sua economia nacional e regressivo no que tange à infraestrutura nacional; por fim, houve, numa terceira etapa, o Estado Logístico, um misto entre o nacionalismo do Estado Desenvolvimentista e as inovações necessárias e positivas propostas pelo Estado Normal, configurando esse Estado como empreendedor. Ainda citando Bueno & Cervo, tem-se a argumentação de que:

A indefinição oriunda da coexistência paradigmática da política exterior brasileira desde 1990 levou à agonia do Estado desenvolvimentista, à emergência do Estado normal e ao ensaio de Estado Logístico. [...] A estratégia tradicional [*do ciclo desenvolvimentista*] foi posta em dúvida porque se supunha que houvesse desembocado na crise do endividamento, da instabilidade monetária e da estagnação econômica dos anos oitenta, e que não resistiria diante das transformações da ordem global ao término da Guerra Fria. (2008, pág.437).

Ressalvado o Governo Itamar Franco, a década de 1990 abrigou a introdução, inacabada, do neoliberalismo no Brasil, por intermédio dos Governos Fernando Collor de Melo (do Partido da Reconstrução Nacional) e Fernando Henrique Cardoso (do Partido da Social Democracia Brasileiro). A matriz desenvolvimentista do Estado brasileiro, bem como o caráter autonomista da política externa foram relativamente abandonados em nome de um novo período assinalado por traços liberais e globalizantes, no contexto pós-Guerra Fria. Os princípios consolidados pelo Consenso de Washington chocaram-se com determinados pressupostos do modelo brasileiro de desenvolvimento, o qual vigorou até o Governo Collor de Melo.

Não homogêneo, o pensamento e as ações da política externa brasileira na década de 1990 resultaram em perda relativa do poder de tomada de decisão por parte do Ministério de Relações Exteriores e na fortificação do pensamento de Fernando Henrique Cardoso, Chanceler do Governo Itamar e posteriormente, Presidente por dois mandatos. Logo, as orientações indefinidas da política exterior brasileira levaram “à agonia do Estado desenvolvimentista, à emergência do Estado normal e ao ensaio do Estado logístico” (id., pág. 457), mas cabe observar que o desenvolvimento não desapareceu completamente das ações externas brasileiras no período, apenas deixou de “ser o elemento de sua racionalidade” (ibid., pág. 458), face o entendimento de que a inserção no mercado mundial poderia ser o trunfo do Estado brasileiro, nos moldes do cenário pós-Guerra Fria.

Diante disso, a forma de inserção internacional do Brasil enquanto Estado Normal (1990/1999) e Estado Logístico (2000/2002) continuou buscar a estabilidade econômica. O acesso aos mercados tecnológicos e de investimentos; a cooperação externa;

e a tentativa de equiparar os interesses nacionais aos globais, tão em voga naquele momento. Isso se evidencia, claramente, nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso. A África, como um todo, perdeu seu relativo valor atrativo para a política externa brasileira durante esse período, especialmente pela queda nas relações comerciais, embora o governo mantivesse o discurso otimista, baseado no argumento histórico-cultural:

[A política externa] não se detém, contudo, no curto prazo. A diplomacia brasileira reconhece o potencial africano e por isso, empenha-se, no âmbito externo, para alavancar apoio às causas africanas, e no interno, para persuadir setores influentes da sociedade brasileira a se engajarem na ampliação do relacionamento com a África (PIMENTEL, 2000, pág. 8-9).

Nesses termos, a política africana do Brasil nos governos Fernando Henrique Cardoso encontrou dificuldades em se manter no nível anterior a 1990, prevalecendo algumas opções selecionadas, como a África do Sul e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que uniam os vieses comercial e político de uma maneira permanente, mas com diminuições de contatos. Nesse âmbito da CPLP, a postura brasileira transpõe no discurso do Chanceler Lafer, quando ele reitera:

[...] o forte compromisso do nosso país com os propósitos da Comunidade [...] hoje, os membros da CPLP são os principais beneficiários em termos de recursos, da cooperação brasileira com países amigos. Nossos recursos nesses campos, quando comparados aos de nações mais influentes, são limitados; justamente por isso, precisamos fazer escolhas. A prioridade que conferimos à CPLP é uma diretriz estabelecida pelo próprio presidente [...] e, não por acaso, se manifesta numa dimensão em que cultura, afinidades, economia e política se somam (LAFER, 2002, pág. 43).

Cumulativa com Luanda desde 1979, a embaixada brasileira em São Tomé teve uma ação mínima, praticamente nula no período em questão. A documentação diplomática entre 1990 e 2002 fica restrita a comunicados sobre a situação interna de crise econômica, reformas liberais e tentativas de golpe de Estado. Tal desinteresse da representação brasileira se encaixa no contexto maior de redução da política africana do Brasil. A partir de 07 de maio de 2002, a Embaixada do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe passou a ser cumulativa com a Embaixada do Brasil em Libreville, República Gabonesa¹⁰.

Em 1989, São Tomé e Príncipe foi o primeiro país lusófono africano a iniciar a transição política para o sistema multipartidário, de forma gradual e sem violência. Essa mudança tornou-se necessária em face do fracasso dos planos econômicos pelo governo de Manuel Pinto da Costa, desde 1975. Para Seibert,

[...] a extensão do poder político de Manuel Pinto da Costa era proporcional aos crescentes

¹⁰ Por meio do Decreto Presidencial n.º 4.219, de 7 de maio de 2002. Disponível em: <<http://www6senado.gov.br/legislacao/ListaPublBacoes.action?id=234666&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>> Acesso em: 20 ago. 2011.

problemas econômicos. Embora nunca tenha desmentido a existência de tais problemas, Pinto da Costa apresentou como principais causas do fracasso da política econômica, a falta de empenhamento na materialização do programa do MSLTP ou a sabotagem política declarada (2002, pág. 193).

Esse entendimento de Pinto da Costa sobre a conjuntura política e econômica são-tomense levou, também, à busca por entendimento com os líderes da oposição, no exílio, como Carlos Graça (que regressou a São Tomé e Príncipe em 1987, assumindo o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros¹¹) e Miguel Trovoada. Antes mesmo dessas negociações com a oposição, no exterior, o regime de MLSTP também reorientara, gradualmente, sua política externa para o Ocidente em detrimento das anteriores relações privilegiadas com os países socialistas. Claramente, essa inclinação para os países capitalistas ocidentais se relacionava à procura por ajuda econômica e de investimentos para superar a crise econômica. As visitas do Presidente da Costa à França (1983) e à Portugal (1984) se encaixaram nesse âmbito, onde também foi inaugurada a primeira ligação aérea regular de São Tomé com Lisboa, pela empresa TAP Air Portugal; em abril de 1984 São Tomé e Príncipe creditou seu primeiro embaixador junto às Nações Unidas (Rafael Branco), sendo que o mesmo, ainda em 1984, também foi creditado como representante do país junto aos EUA. Também em 1984, o país aceitou a Cláusula de Berlim (segundo a qual Berlim Ocidental era parte integrante da Alemanha Federal) – por consequência, esse país enviou um carregamento de 730 toneladas de farinha de trigo ao arquipélago. Ainda em 1984, a Marinha norte-americana visitou oficialmente o arquipélago.

A recompensa por essa nova política externa do arquipélago veio em forma de doações dos países ocidentais¹². E a postura pró-ocidental são-tomense progredia ao mesmo passo das doações, sendo que em 1986 o país participou pela primeira vez da Assembleia Geral das Nações Unidas, e “...embarçou os países socialistas ao votar a favor de uma moção que exigia a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão” (SEIBERT, 2002, pág. 195). A reaproximação com Portugal, através de acordo de cooperação militar em 1987 e a visita do Presidente português Cavaco Silva ao arquipélago, no ano seguinte, demonstram efetivamente como o país se realinhava internacionalmente.

Em função do fracasso da política econômica, os acordos com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional geriram o acesso a empréstimos para reabilitação das plantações de cacau através da gestão estrangeira por créditos multilaterais. Por consequência, o governo iniciou uma política de liberalização gradual da economia nacional: em 1986, o governo cedeu a gestão da empresa estatal Água-Izé para uma companhia estrangeira, que resultou na aprovação de um código para atração de investimentos privados estrangeiros, através da isenção de impostos e do direito ao repatriamento de parte dos lucros. Finalmente, em 1987, o governo são-tomense

¹¹ A verdadeira intenção de Graça era assumir como Primeiro-Ministro, conforme acordo feito com o Presidente Pinto da Costa, em Libreville, mas seu nome fora barrado pelo Bureau Político do MLSTP.

¹² Em 1985, em Conferência multilateral dos países doadores (realizada em Bruxelas e patrocinada pelo PNUD), São Tomé e Príncipe, submeteu propostas de US\$55 milhões, sendo aprovadas 90% dessas; em 1986, na sequência daquela conferência em São Tomé, US\$24 milhões foram doados para a reabilitação das plantações estatais de cacau.

assinou com o Banco Mundial e o FMI, o Programa de Ajuste Estrutural, que visava a desvalorização da moeda nacional, a redução do déficit estatal, a reabilitação das empresas estatais através das privatizações ou cessões para investimentos estrangeiros.

Vários fatos envolvendo políticos e empresários à escândalos de corrupção e desvios de recursos públicos e provenientes de doações internacionais diretas passaram a ser noticiados e investigados, sendo que ministros e membros do alto escalão do governo eram os primeiros a tirar proveito das oportunidades criadas pela liberalização econômica e a presença de investimentos estrangeiros no país. Outro ponto importante da liberalização econômica nas ilhas diz respeito à gradual transformação das plantações estatais em particulares (para indivíduos ou cooperativas), através da política denominada de “envolvimento do cidadão”, numa clara alusão ao modelo de mercado livre. Logo, a necessidade de consolidação de uma classe média empresarial no país era relacionada como elemento central para o desenvolvimento nacional.

Paralelamente, a transição política evoluiu: a nova Constituição foi aprovada em 28 de março de 1990, prevendo a realização de eleições presidenciais e legislativas para junho e julho seguinte, respectivamente (que foram prorrogadas para outubro e dezembro seguinte, invertendo também a sequência da realização); no final de maio, o parlamento aprovou a lei de partidos políticos, permitindo a legalização dos grupos de oposição. Em 22 de agosto, ocorrera o referendo popular a favor da Constituição, ratificado por 81% dos votos (34.348 num total de 42.274, com taxa de participação de 80% dos eleitores inscritos). A nova Constituição manteve a designação de “República Democrática”, sendo que o Estado passou a ser definido como uma democracia legal, baseada em direitos humanos fundamentais (art. 6), sendo que nenhum dos símbolos nacionais (brasão, bandeira, hino) foram modificados, como ocorreu em Cabo Verde, por exemplo. O Presidente da República passaria a ser eleito por sufrágio direto e universal, através de votação secreta, para mandato de cinco anos, num máximo de dois mandatos consecutivos. O sistema semipresidencial, baseado no exemplo de Portugal, onde o Presidente acumula os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, podendo presidir o Conselho de Ministros, destinava-se a assegurar o controle dos partidos políticos pelo Presidente.

O MLSTP, em Congresso de outubro de 1990, reconstituiu-se, passando a denominar-se Partido Social-Democrata (PSD), assumindo a aliança com o neoliberal PSD de Portugal, adotando ainda uma nova bandeira e novo emblema. Em setembro, Carlos Graça foi eleito novo secretário-geral do PSD, abrindo caminho à candidatura à Presidência da República de Pinto da Costa¹³. Nesse sentido, São Tomé e Príncipe se adequava ao contexto pós-Guerra Fria ao passo que consolidava a Segunda República. Seus aliados naturais, Cuba e União Soviética, fecharam as respectivas embaixadas em São Tomé em 1991 e 1992, respectivamente, apenas permanecendo a da China, para efeito de prestação de assistência ao desenvolvimento.

¹³ Em abril de 1992, o Primeiro-Ministro Daniel Daio foi demitido por Trovoada, como consequência de protestos populares contra governo e de sua suposta proximidade com o FMI. O substituto de Daio foi Norberto Costa Alegre, ministro da Economia e Finanças, escolhido pelo PCD-GR. A gradual instabilidade interna (com as acusações da oposição) se complementou com o aumento dos casos de corrupção e desvio de somas milionárias no governo de Trovoada e continuidade da crise econômica. Em julho de 1994, Costa Alegre foi demitido pelo Presidente, nomeando em seu lugar Evaristo Carvalho.

Apesar de algumas alegadas tentativas de golpe durante o regime de partido único (1975/1990), os militares não haviam se envolvido na vida política são-tomense até 1995. Uma das principais causas apontadas para tal, pela bibliografia, refere-se ao futuro incerto das Forças Armadas do país após a transição democrática, onde o corte de recursos e a inexistência de uma Lei regulatória para o setor eram os grandes problemas elencados pelos próprios militares.

Os golpistas¹⁴ aclamaram que 90% das Forças Armadas haviam apoiado o golpe, no entanto, os oficiais de alta patente não o fizeram. Também identificavam no Presidente Trovoada o responsável pelas péssimas condições do setor, ao passo que a impopularidade dele aumentava em outros setores da sociedade são-tomense, como com a greve geral de professores, médicos e funcionários das rádios, no verão de 1995. A repercussão internacional negativa do golpe levou ao recuo por parte dos militares da criação da Junta de Salvação Nacional proposta, passando-se à iniciativa de criar-se um governo de unidade nacional. Angola passou a ser a mediadora da situação, entre o governo deposto e os militares. Cinco dias após o golpe, a ordem constitucional foi restaurada sob a anistia dada aos golpistas (por meio de um Memorando de Entendimento).

No início de 1996, um novo governo de unidade nacional tomou posse, liderado por Armindo Vaz d'Almeida, como Primeiro-Ministro, com seis membros do MLSTP/PSD, quatro do ADI e um do CODO, e com Trovoada na presidência, ainda tendo total influência¹⁵. Em julho de 2001, novas eleições presidenciais deram a vitória a Fradique de Menezes (55,18% dos votos) contra Pinto da Costa (39,82%), Carlos Tiny (3,22%) e Fortunato Pires (0,69%). Fradique de Menezes tomou posse em setembro seguinte, com Evaristo Carvalho (ADI) como Primeiro-Ministro; em abril de 2002, Gabriel Costa assumira o posto de Primeiro-Ministro.

A tentativa de estabilizar-se o país, de 1990 a 2002, afetava consideravelmente as ações da administração pública, pois

Na base da instabilidade política estava a luta pelo acesso aos fundos públicos e não diferenças programáticas, o que traz à ribalta a questão da administração daqueles fundos por governos democraticamente eleitos. As acusações de corrupção e de abuso de poder, emergentes logo depois da transição democrática, sugerem que passou a haver maior liberdade no debate sobre a corrupção e que o assunto se tornou parte da luta pelo poder (SEIBERT, id., pág 275).

Parte dos fundos externos de ajuda ao país também passaram a ser alvo de ações ilícitas (como o desvio de dinheiro e o mau uso dos recursos), fato que teve como consequência direta no período, a diminuição das remessas externas, em face de desconfiança dos doadores internacionais (especialmente da União Europeia)¹⁶. A

¹⁴ Quando ocorrer o golpe em 1995, os soldados estavam há seis meses sem receber seu soldo (por exemplo, um segundo-tenente recebia em março de 1995, o equivalente a 2 mil dobras, aproximadamente US\$14).

¹⁵ Ocorreram os dois turnos das eleições presidenciais, onde o Presidente Trovoada venceu o primeiro turno (em junho) com 41,4% dos votos, contra Manuel Pinto da Costa (36,8%), Alda Bandeira (16,1%), Carlos Graça (5,3%) e Armindo Tomba (0,43%); o segundo turno (em julho) foi vencido também por Trovoada (52,7% dos votos), contra Pinto da Costa (47,3%). As acusações de Pinto da Costa referentes à fraude do pleito não surtiram efeito e Trovoada tomou posse por mais um mandato, onde o caráter personalístico da política ficou evidente.

¹⁶ Como exemplo, no final de 1996, o Banco Mundial denunciou que apenas 43% das receitas provenientes de doações para ajuda alimentar tinham

“rotina da corrupção”, expressão cunhada por Seibert e a instabilidade política foram as constantes da história são-tomense entre 1990 e 2002¹⁷.

Frente à contínua instabilidade política, desestruturação econômica e problemas sociais daí decorrentes, as relações de alto nível Brasil-São Tomé e Príncipe, como visitas presidenciais e de Chanceleres não ocorreram no período¹⁸. Se no período entre 1975 e 1990, a política externa brasileira para São Tomé e Príncipe buscou mapear as possibilidades de relações, identificando a cooperação como principal demanda são-tomense, no período entre 1990 e 2002 o elo mínimo entre os dois países foi a manutenção de algumas ações de cooperação. Em novembro de 1990, por exemplo, se efetivou o início da cooperação no âmbito da prevenção da Malária (Projeto Global de Controle da Malária), por meio do envio de técnicos da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) para São Tomé. Entre julho e agosto de 1995, alunos são-tomenses participaram como ouvintes no Curso de Formação em Análise e Finanças – controle externo, no Instituto Serzedello Correa, em Brasília.

A visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação são-tomense (Alberto Paulino) ao Brasil em novembro de 2000, ocasionou a assinatura em dezembro seguinte, do Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica (datado de 1977), especialmente para implementar os programas básicos de cooperação referente ao apoio técnico ao Ministério da Saúde são-tomense no que se referia à políticas de prevenção ao HIV-AIDS¹⁹. Em julho de 2001, quando da visita do diretor da ABC a São Tomé, embaixador Marco Cesar Meira Naslausky, foram assinados os Ajustes Complementares ao Acordo Geral de cooperação na área de Educação²⁰.

No âmbito multilateral, a partir de 1989, mas especialmente de 1996 em diante a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa tornou-se gradativamente um locus político de aproximação entre Portugal, Brasil e os PALOP, e logicamente também entre Brasil e São Tomé e Príncipe. Em setembro de 1990, ocorreu em São Tomé a VIII Sessão da Conferência dos Diretores-Gerais das Alfândegas dos Países de Língua Portuguesa. Em setembro de 1992, ocorreu em São Tomé a II Cimeira de Ministros da Justiça dos Países de Expressão portuguesa, que posteriormente seriam incorporadas às ações setoriais da CPLP. A cooperação na área de defesa também tomou forma multilateral, quando a partir de 1997, os Ministros da Defesa dos Estados-membros da CPLP passaram a se reunir anualmente. Na Cúpula da CPLP realizada em Maputo, em julho de 2000, foi assinado o Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviços. Na Declaração da Cúpula realizada em Brasília

se convertido em ações práticas.

¹⁷ Mesmo com a transição democrática, o Estado não conseguiu desenvolver autonomia de ação e governança frente os interesses dos partidos políticos e de particulares, onde a responsabilização pública ainda não se faz efetiva. Complementarmente, no período a situação econômica do país não avançou muito, onde a dívida externa são-tomense passou de US\$153 milhões em 1990 para US\$303 milhões em 2001.

¹⁸ Em setembro de 1992, o embaixador Ruy Antonio Neves Pinheiro de Vasconcelos assumiu a embaixada brasileira em Luanda, cumulativa com São Tomé; em abril de 1996, o embaixador Alexandre Ador Neto assumiu a embaixada e em agosto de 1999, o embaixador brasileiro Jorge D’Escragnolle Taunay Filho assumiu em Luanda. A partir de maio de 2002, pela mudança de cumulatividade na embaixada, o responsável pelo posto brasileiro em São Tomé passou a ser o embaixador Tomas Maurício Guggenheim.

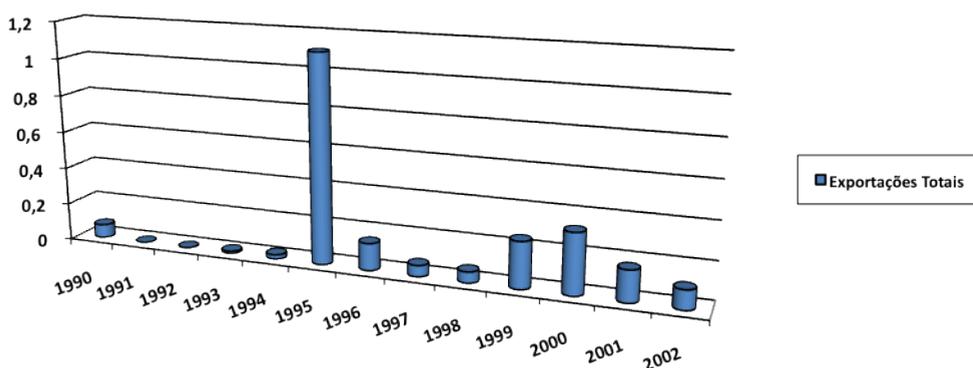
¹⁹ Em agosto de 1997, missão do Ministério da Educação visitou São Tomé para iniciar o “Projeto Melhoria do sistema de ensino da educação básica”. Em setembro seguinte, uma missão organizada pela ABC e composta por membros da Fundação Osvaldo Cruz visitou São Tomé e Príncipe, para mapear as demandas para implantação de cursos de formação e treinamento para profissionais de saúde em São Tomé.

²⁰ Implementando o a) Projeto Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe e b) o Projeto Bolsa Escola, além do Protocolo de Intenções sobre cooperação na área de formação profissional (possibilitando formação e treinamento de quadros são-tomenses no Centro de Formação Profissional Brasil-Angola, em Luanda). Dentro do projeto “Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe”, estabelecido em maio de 2001, em 23 de outubro de 2002, foram inauguradas 100 salas de aula para a alfabetização de adultos, atendendo aproximadamente 2.800 alunos (Nota nº 422/2002).

(julho de 2002), consta a criação da Missão de observação às eleições legislativas antecipadas em São Tomé e Príncipe (março de 2002).

É interessante analisar, entre 1990 e 2002, a evolução do comércio exterior entre Brasil e São Tomé e Príncipe, pois nota-se uma clara instabilidade nessas relações, principalmente no início do período (de 1990 a 1994). O salto nas exportações brasileiras para o arquipélago, em 1995, foi derivado de uma demanda específica, por parte do país lusófono, de máquinas, caldeiras, secador de produtos agrícolas e mercadorias para construção e equipamento de embarcações.

Gráfico 2: Exportações totais brasileiras para São Tomé e Príncipe 1990-2002 (US\$ F.O.B. milhões)



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados constantes dos sistemas SISCOMEX e ALICEWEB do MDIC. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/> e <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Acesso em: 05 jan. 2011.

No ano de 1996, a queda das exportações se verificou por restringir-se apenas aos ladrilhos de cerâmica, pauta básica das relações comerciais Brasil-São Tomé e Príncipe (especialmente vendidos pela Artec Pisos e Revestimentos e Cerâmica Cristofolletti Ltda.). Em 1999 e 2000, verificou-se um sensível aumento das exportações brasileiras para o país, muito em razão da inserção de três tipos de produtos na pauta: utensílios para cozinha (plásticos e de louças de vidro, da Nadir Figueiredo S.A. e Canguru S.A), tintas e chapas de metal para a construção civil (da Imbralit Indústria e Comércio de artefatos e fibrocimentos) e óleo de soja (Rigor Alimentos S.A. e Simonetto Alimentos S.A).

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Manufaturados	771.642	--	--	110.746	22.006	1.107.373	144.957	59.826	58.691	247.247	322.708	94.267	1103.208
Semimanufaturados	--	--	--	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Básicos	--	--	--	0	0	0	0	0	0	0	73	73.062	0
Serviços/ Outros	--	--	--	0	0	11.022	0	0	0	0	0	0	0
Totais	771.642	--	--	110.746	22.006	1.108.395	144.957	59.826	58.691	247.247	322.781	1167.329	1103.208

Tabela 1 - Exportações Brasileiras para São Tomé e Príncipe 1990/2002 (em US\$ F.O.B.)

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados constantes dos sistemas SISCOMEX e ALICEWEB do MDIC. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/> e <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Acesso em: 05 jan. 2011.

No que se refere às importações do Brasil de São Tomé e Príncipe, entre 1990 e 2002 foram nulas, com exceção para o ano de 2000, quando o Brasil importou o valor de US\$364, referente à pequena remessa de produtos derivados de frango.

A retomada da política externa brasileira para São Tomé e Príncipe (2003/2010)

A política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva (em seus dois mandatos, de 2003/2006 e 2007/2010) foi marcada por uma guinada na postura externa do país, conjugada com um entendimento do sistema mundial em mutação, com claras características de multipolaridade, que exigia do país capacidade de adaptação e reação. O Presidente Lula da Silva buscou caracterizar sua política externa como “pessoal”, “carismática” e “nacionalista” (RICUPERO, 2010), cujas ações estavam baseadas, em seus dois mandatos, no entendimento de uma ordem mundial multipolar, que reestimularia as alianças no nível Sul-Sul e contestou a hegemonia dos centros desenvolvidos.

Já em seu discurso de posse, em 1º de janeiro de 2003, o Presidente identificou as linhas-mestras de sua política africana, retomando a noção de pragmatismo inerente ao relacionamento do país com aquele continente:

Esta Nação que se criou sob o céu tropical tem que dizer a que veio; internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo. Nossa política externa refletirá também os anseios de uma mudança que se expressaram nas ruas. No meu governo, *a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional*. Por meio do comércio exterior, da capacitação em tecnologias avançadas e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil [...] Reafirmamos os laços profundos que nos unem ao continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades. [...] A democratização das relações internacionais, sem hegemonias de qualquer espécie, é tão importante para o futuro da humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado (SILVA, 2003a, pág. 18-19, *grifo nosso*).

A “democratização das relações internacionais” pregada pelo Presidente Lula da Silva passava pelo entendimento da nova ordem internacional e sua mutação para ordem multipolar, onde Estados em desenvolvimento, como o Brasil, teriam um papel decisivo. O Estado Logístico dos dois mandatos do Presidente Lula da Silva reassumiu o papel central no planejamento estratégico do desenvolvimento nacional, além da função de dar suporte e legitimar as iniciativas dos demais atores sociais e

econômicos domésticos com a delegação de responsabilidades e poder. Introduzido por Fernando Henrique Cardoso no final do seu segundo mandato, mas consolidado no primeiro mandato de Lula da Silva, o Estado logístico conjuga capacidades e responsabilidades que viabilizem a inserção autônoma do Brasil no sistema mundial. Para Cervo,

Como tudo isso depende de fatores internos e externos, o Estado garante que o interesse nacional tenha um peso na política externa, e se torna um agente da governança global. Este desenvolvimento garante a política externa na era Lula como um passo decisivo em direção à maturidade (id., 2010, pág. 10, tradução nossa).

Tal política externa criativa (altiva e ativa, nas palavras do próprio Presidente) também revisou a política africana do Brasil, dando-lhe tons propositivos, otimistas e pragmáticos, que haviam ficado em segundo plano no período entre 1990 e 2002. Nessa conjuntura, o continente africano foi revalorizado dentro do contexto de legitimação da cooperação Sul-Sul, ou seja, de uma política ativa de desenvolvimento. Para o Chanceler Amorim, essa cooperação enquadra-se como “estratégia diplomática originada de um autêntico desejo de exercer a solidariedade com os países pobres”, mas, também “ajuda a expandir a participação brasileira” no sistema mundial, onde se conjuga a cooperação

[...] entre iguais em matéria de comércio, investimento, ciência e tecnologia e outros campos, reforça a nossa estatura e fortalece a nossa posição nas negociações de comércio, finanças e clima. Por último, mas não menos importante, a construção de coalizões com países em desenvolvimento é também uma forma de atrair a reforma da governança global, a fim de tornar as instituições internacionais mais justa e democrática (AMORIM, 2010a, pág. 230, tradução nossa).

Em complemento à esse teor político da cooperação Sul-Sul, o próprio tema do desenvolvimento também retornou à agenda brasileira. O próprio Presidente, aliado à postura do Itamaraty, tinha intenções claras de consolidar a presença brasileira na África, seja por declarações explícitas à imprensa ou por ações pontuais – como exemplo, “LULA QUER vôo para a África” (2007, pág. 12), ou “LULA DIZ que foi à África arar a terra” (2005, pág. A6). O Chanceler Amorim também pautou seu argumento no renascimento africano a nas oportunidades para o Brasil:

De regresso [do périplo pela África], posso afirmar que a África acompanha com grande interesse e expectativa o que se passa no Brasil. Mais do que isso, parece haver uma verdadeira sede de Brasil no outro lado do Atlântico (AMORIM, 2003, pág. 239).

O pragmatismo retomado pela política externa de Lula da Silva foi retratado pelo próprio, em entrevista concedida à imprensa argelina, em 2006, sobre as relações com os PALOP como de “realidade político-diplomática e de cooperação” (SILVA,

2006, s/p, tradução nossa). O Chanceler Amorim, em uma análise geral sobre os oito anos de sua gestão, afirma que os PALOP são “compreensivelmente, aqueles com quem o Brasil tem o relacionamento mais duradouro, sólido e diversificado” (AMORIM, 2010a, pág. 233, tradução nossa). O Itamaraty teve seu tradicional papel recuperado na formulação e implantação da política externa como política de Estado, onde por um lado, houve uma reestruturação dos serviços diplomáticos no âmbito do MRE, pois o Departamento de África e Oriente Médio foi desmembrado, criando-se um Departamento exclusivo de África, com três Divisões de África (DAF-I, II e III).

A reabertura da embaixada brasileira em São Tomé e Príncipe ocorreu em 18 de março de 2003, a primeira durante o governo Lula²¹. Tal reabertura teve simbolismo pela identificação do teor propositivo da política africana do governo Lula, de retomada da presença brasileira na África, especialmente a de língua portuguesa²². Em maio seguinte, o Chanceler Amorim realizou périplo pela África, incluindo uma estada em São Tomé e Príncipe²³, preparando a visita presidencial. As relações de alto nível retornaram efetivamente, o que se evidenciou com as vistas presidenciais, de Chanceleres e ministros e na assinatura de 21 Acordos ou Ajustes complementares bilaterais entre 2003 e 2010.

Em março de 2002, ocorreram as eleições parlamentares naquele país. Depois que assumira o governo, em 3 de setembro de 2002, o governo de Fradique de Menezes, foi alvo de tensões políticas, crises constitucionais e institucionais (em razão de o Parlamento ser de maioria do MLSTP. Fradique de Menezes decidiu convocar eleições legislativas antecipadas para 3 de março de 2002, no sentido de ter uma maior margem de manobra. Contudo, continuou a não conseguir obter a maioria parlamentar e nomeou um governo com a participação de todas as forças políticas com assento parlamentar. Após uma nova série de crises nomeou, em 3 de outubro, Maria das Neves de Sousa, do MLSTP-PSD, Primeiro-Ministro. Em 21 de janeiro de 2003, Fradique de Menezes dissolveu a Assembleia e convocou eleições para 13 de abril seguinte, que, no entanto, não ocorreram. O clima de instabilidade originou uma tentativa de golpe militar. Depois de uma negociação entre situação e oposição, Fradique de Menezes voltou ao posto em 23 de julho seguinte.

Face ao golpe de Estado, o governo brasileiro divulgou comunicado à imprensa, em 17 de julho de 2003, condenando e repudiando o golpe, incitando os revoltosos a reestabelecerem a ordem institucional naquele país (COMUNICADO, 2003a), além de enviar uma Missão de Bons Ofícios à São Tomé e Príncipe, constituída no âmbito do Conselho de Ministros da CPLP (sob presidência do Chanceler Amorim, naquele momento). Essa missão foi integrada pelo embaixador brasileiro em Luanda, Jorge Taunay e pelo Ministro do Interior de Angola, Oswaldo Serra Van-Dúmen e objetivou o contato direto com os revoltosos são-tomenses para a solução da crise (COMUNICADO, 2003a).

²¹ Por meio do Decreto Presidencial nº 9.849, de 18 de março de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn9849.htm> Acesso em: 27 jan. 2011.

²² Os embaixadores brasileiros em São Tomé no período foram Paulo Dyrceu Pinheiro (2003/2006), Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior (2006/2009) e Arthur Vivacqua Correa Meyer (2009/2010).

²³ O Chanceler Amorim visitou, além de São Tomé e Príncipe, Moçambique, Zimbábue, Angola, África do Sul, Gana e Namíbia.

Como resultado dessa missão, assinou-se em 23 de julho seguinte, em São Tomé e Príncipe o Memorando de Entendimento entre o Presidente Fradique Bandeira Melo de Menezes, o Chefe da Comissão Militar (grupo revoltoso), Major Fernando Pereira e o Chefe da Missão Internacional de Bons Ofícios (Grupo de Brazzaville), Ministro Rodolphe Adada. Tal Memorando criou a Comissão de garantia e de acompanhamento do acordo de 23 de julho de 2003, onde o representante brasileiro em São Tomé e Príncipe, embaixador Paulo Dyrceu Pinheiro passou a participar como representante especial. A atuação do Grupo de Brazzaville, criado na coordenação entre a CPLP e a CEEAC para apoiar-se a estabilização política em São Tomé foi “fundamental para se alcançar solução pacífica, em curto espaço de tempo” (COMUNICADO, 2003a, pág. 283).

Em novembro de 2003, o Presidente Lula fez sua primeira visita ao continente africano, sendo que nos dias 02 e 03 de novembro, esteve em São Tomé e Príncipe, inaugurando oficialmente a embaixada brasileira em São Tomé²⁴. Em discurso na recepção oferecida pelo presidente Fradique de Menezes, o Presidente Lula remeteu a ação externa brasileira na África à uma guinada em prol da cooperação e das relações comerciais:

Estamos fazendo uma avaliação de nossa experiência em cooperação internacional. Trataremos de modernizar e ampliar nossas ações de cooperação. Posso assegurar que as dificuldades de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe serão uma das prioridades nesse contexto (SILVA, 2003b, pág. 186) .

No Comunicado conjunto sobre a visita, os dois Presidentes “manifestaram a satisfação pela identidade dos pontos de vista, em particular sobre o imperativo de promover a inclusão e a equidade social para larga parcela de suas populações”, além de identificarem a necessidade de “desenvolver políticas públicas dirigidas à promoção social de grupos marginalizados”. Ainda,

[ambos os Presidentes], no exercício de criação de um novo paradigma, declararam que o grupo dos países em desenvolvimento deve assumir papel ativo e realizador, em autêntico esforço de promoção do diálogo e da parceria Sul-Sul (COMUNICADO, 2003b, pág. 353).

Na comitiva brasileira estava presente o Ministro da Cultura Gilberto Gil, que aproveitou a oportunidade para discursar na Biblioteca Nacional, cujas impressões seguem:

À margem dos pronunciamentos oficiais e documentos assinados, há que destacar o

²⁴ Os Presidentes Lula da Silva e Fradique de Menezes se encontraram para reuniões de trabalho, que resultaram na assinatura do 1) Acordo de Cooperação Esportiva, 2) Protocolo de Intenções sobre cooperação técnica na área de saúde, 3) Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação científica e técnica na área de educação para implantação do projeto “Brasil Escola”, 4) Emenda ao Ajuste complementar ao Acordo Geral sobre Cooperação na área de Educação em relação ao projeto “Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe”, 5) Protocolo de Intenções em cooperação educacional, 6) Ajuste complementar ao Acordo básico de cooperação científica e tecnológica para implantação do projeto “Construção Institucional e Metodológica da Extensão Rural como estratégia de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar em São Tomé e Príncipe”, 7) Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica na área agrícola e 8) Protocolo de intenções na are de cooperação técnica no setor petrolífero (COMUNICADO, 2003b).

extraordinário impacto da participação do Ministro da Cultura Gilberto Gil [...]. Sua presença e discurso plenos de naturalidade na cerimônia na Biblioteca Nacional e a força de sua música [...] constituíram prova eloquente da identidade e estreitos vínculos históricos entre os dois países e povos, a todo momento reafirmados nos discursos e declarações do Presidente. A entusiástica receptividade pública à atuação espontânea de Gilberto Gil, como autoridade e artista, evidencia a necessidade da introdução de um forte componente cultural no planejamento da futura cooperação ampliada entre Brasil e São Tomé e Príncipe (BRASEMB SÃO TOMÉ, Memorando nº 00211, 2003, pág. 2-3).

Pelo tom do Memorando acima, nota-se claramente como os aspectos histórico-culturais ainda são presentes nessa relação bilateral, constatação relativamente diferente das relações do Brasil com Cabo Verde e Guiné-Bissau. Em outras palavras, fica evidente que o contato Brasil-São Tomé e Príncipe estava num patamar anterior aos contatos Brasil-Cabo Verde e Brasil-Guiné-Bissau. Em junho de 2004, o Presidente Lula recepcionou Ovídio Pequeno, Ministro de Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades são-tomense e o Presidente da República de São Tomé e Príncipe, Fradique Bandeira Melo de Menezes.

Em abril e agosto de 2005, o Chanceler Ovídio Pequeno visitou o Brasil para Reunião de Trabalho, preparando a vinda do Presidente são-tomense, que ocorreu em 18 de agosto de 2005. Fradique Bandeira Melo de Menezes visitou o Brasil acompanhado pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, da Economia no domínio do comércio, indústria, turismo e pescas, da Educação, Cultura e desporto, parlamentares de outros funcionários públicos são-tomenses (MRE, Nota nº. 411, 2005). O Comunicado Conjunto resultante do encontro mostrou evidente o caráter das relações bilaterais entre os países, onde os principais temas tratados ocorreram em torno da: a) cooperação (áreas de educação, saúde, agricultura, desporto, tecnologia da informação, cooperativismo e microcrédito); b) preocupação em relação à situação na Guiné-Bissau; c) interesse mútuo de participação brasileira na prospecção petrolífera em São Tomé e Príncipe tanto na zona de exploração conjunta com a Nigéria quanto na zona econômica exclusiva do país; d) promoção comercial, em termos de missões empresariais, das ações da Câmara de Comércio Brasil-São Tomé e Príncipe e da instalação da Comissão Mista Brasil-São Tomé e Príncipe (criada em 1984); e) e o próprio comércio exterior bilateral em termos de incentivo aos

[...] agentes privados dos dois países a estreitem seus contatos, tendo em vista as condições favoráveis oferecidas por São Tomé e Príncipe como plataforma potencial para a colocação de produtos brasileiros nos mercados dos países da região do Golfo da Guiné (MRE, Nota nº 411, 2005, s/p).

Ao retornar ao seu país, o Presidente Fradique de Menezes afirmou por diversas vezes que sua viagem à terras brasileiras tinha “colocado São Tomé e Príncipe na carta do Brasil” e que as conversações tidas no âmbito do governo federal passaram por setores relacionados ao petróleo, às relações comerciais e industriais. Em corres-

pondência da embaixada brasileira para a DAF-II ficam claros os resultados:

Não obstante os habituais exageros e equívocos de informação, a visita do Presidente Fradique teve repercussão muito positiva, contribuindo para reforçar a admiração nutrida em São Tomé e Príncipe pelo dinamismo e pelos níveis de desenvolvimento econômico e tecnológico atingidos pelo Brasil, visto cada vez mais, sobretudo no seio da nova geração de líderes santomenses, como a *mais vantajosa parceria externa alternativa, face às limitações e o esgotamento da cooperação portuguesa para o desenvolvimento deste país em diversas áreas* (BRASEMB SÃO TOMÉ, Memorando nº 00302, 2005, pág. 1, *grifo nosso*).

O embaixador brasileiro em São Tomé e Príncipe, Paulo Dyrceu Pinheiro, em encontro com o Ministro da Economia são-tomense, Gaudêncio Costa relatou as impressões do mesmo:

[disse o Ministro] que visitou o Brasil pela primeira vez e regressou a esta capital “em estado de choque” (sic). Confessou-se o jovem Ministro sua enorme surpresa com tudo o que viu em nosso país, bem como sua ansiedade em começar a explorar o vasto potencial de cooperação bilateral existente em todos os domínios, até agora pouco aproveitado, e em “recuperar tanto tempo perdido com Portugal”, especialmente no tocante à cooperação educacional em geral e à formação de quadros para a administração do Estado (PINHEIRO, 2005, pág. 1).

Outro resultado imediato dessa visita refere-se às tratativas de cooperação no setor petrolífero: o Ministro da Economia também afirmou do interesse são-tomense na cooperação bilateral, afirmando sobre “os extraordinários benefícios que São Tomé e Príncipe [poderá] auferir com o estabelecimento de uma parceria estratégica no setor petrolífero” (PINHEIRO, id., pág. 02). O entusiasmo são-tomense com a visita ao Brasil (ver, por exemplo, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE À ESPERA DO BRASIL, 2009, pá. 58) foi tamanho que o Ministro Deolindo Costa chegou a informar, indiscretamente à mídia local sobre uma possível “primeira alteração da Lei-Quadro das Receitas Petrolíferas”, pois o mesmo tinha assinado recentemente um Memorando de Entendimento com as empresas petrolíferas Galp, Petrobras e Sonangol, para a criação de uma sociedade para exploração do outro negro na zona exclusiva do arquipélago.

Nesse sentido cabe referir que o Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica no Domínio do Setor Petrolífero²⁵, de 02 de novembro de 2003 tem sido a base desse tipo de cooperação bilateral, e prevê, entre outros itens, a ação da Agência Nacional de Petróleo brasileira com órgãos santomenses, no sentido de cooperação para prospecção, no domínio de petróleo e gás, de ambas as partes. Entende-se que o setor de serviços é o grande responsável pela economia são-tomense, respondendo por 68% do PIB, a agricultura responde por 17% e a indústria por 16% (GUIA, 2008, pág. 10). A exploração do setor petrolífero, uma parceria com a Nigéria no Golfo da Guiné (na proporção 40/60), também redimensionaram o papel do arquipélago no

²⁵ Com base no Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado em 26/06/1984.

continente africano. As primeiras licenças foram concedidas em 2004. Em novembro de 2010, a Chevron/Texaco transferiu 45,9% do Bloco de prospecção 1 da Joint Development Zone (JDZ) com a Nigéria para o grupo francês Total, que anunciou o início da exploração de 2 a 3 anos. A Chevron explorando no Bloco 1 desde 2006. O Product Sharing Contracts (PSC) da JDZ Blocos 5 e 6 ainda não foi assinado, desde 2005, em razão de uma disputa judicial entre ERHC – Energy Inc²⁶ que reclama da participação em 15% dos direitos do dois blocos e São Tomé e Príncipe ainda não recebeu os US\$ 37 e US\$45 milhões, respectivamente, que tem direito dos referentes blocos.

Desde 2005, como resultado da ação política brasileira, a Petrobrás tem aprovado projetos de exploração de petróleo em São Tomé e na Guiné-Bissau, com parceria com a Galp, a Sonangol, além das petrolíferas locais²⁷. A Petrobras já está bem envolvida no Golfo da Guiné: suas maiores operações na região estão em Angola, sendo responsável por quase 5% da produção petrolífera externa da empresa. A Petrobras também já atua na Nigéria e participa de uma “offshore” na Zona entre Nigéria e Guiné Equatorial, muito próxima de São Tomé²⁸.

Até março de 2006, houve um período de relativa estabilidade política no país africano, quando ocorreram eleições parlamentares e a maior parte dos assentos foram ocupados por deputados da situação. Em 30 de julho seguinte, Fradique de Menezes se reelegeu para mais um mandato de cinco anos (baseado numa coalizão governista, o Movimento Democrático Forças da Mudança/ MDFM), derrotando Patrice Trovoada (MLSTP) e Guimarães Nilo (independente). Em agosto seguinte, também se realizaram as eleições locais (que não ocorriam desde 1992) e deram ampla maioria a candidatos da coalizão governista. Entre 11 e 12 de fevereiro de 2009, nova tentativa de golpe ocorreu no país, quando aproximadamente 40 pessoas, lideradas por Arlécio Costa, da Frente Democrática Cristã (FDC), ex-líder do antigo Batalhão Búfalo²⁹, se acuartelaram num bairro da capital são-tomense, com o objetivo de alterar a ordem constitucional. Os golpistas, presos, receberam o perdão do Presidente Fradique de Menezes. Em 1º de agosto de 2010, novas eleições legislativas ocorreram no país, sendo que o resultado indica uma mudança no governo, pois foram vencidas pela Ação Democrática Independente (ADI), cujo líder é Patrice Trovoada, sendo a quarta mudança de governo desde 1991. Nos mesmos termos, os outros três partidos da oposição que tiveram vitória expressiva foram o PDC em 1991, o MLSTP/PSD em 1994 e o MDFM em 2006. Em 14 de agosto de 2010, Patrice Trovoada assumiu como Primeiro Ministro, no 16º governo são-tomense desde 1991, porém sem a maioria no Legislativo.

Em face das necessidades apresentadas pelas ilhas, em dezembro de 2007, o

²⁶ A ERHC – Energy Inc. assinou com o governo de São Tomé e Príncipe, em 1997, um controverso acordo, renegociado em 2003, que tem sido considerado prejudicial aos interesses são-tomenses

²⁷ Conforme dados obtidos no Plano de Investimentos 2007/2011 da Petrobrás. Disponível em: <http://www2.petrobras.com.br/tri/port/apresentacao-eventos/conftelefonicas/pdf/planonegocios20072011_port.pdf> Acesso em: 19 out. 2008.

²⁸ É interessante ressaltar que estão presentes (para exploração e extração) nos Pequenos PALOP a companhia norte-americana Chevron-Texaco e as nigerianas NNPC e Afren PLC em São Tomé e Príncipe, além da italiana ENI-Agip, na Guiné-Bissau demonstrando a relevância estratégica do Golfo da Guiné para a produção energética mundial.

²⁹ O Batalhão Búfalo se constituiu enquanto força militar integrada por mercenários oriundos de Angola, Moçambique e outros países africanos, criado pelo regime do Apartheid na África do Sul, para concretizar operações militares na África Austral (especialmente em Angola, onde apoiou as forças da Únita contra o MPLA).

Brasil abriu uma linha de crédito de US\$5 milhões, gerida pelo Banco do Brasil, no sentido de reativar as importações de bens alimentares brasileiros, em São Tomé e Príncipe (BRASIL, 2007). No entanto, como a liberação do crédito demorou, “pelas dificuldades de organização do próprio governo são-tomense”, pois demorou-se a “definir o que comprar, demorou-se ainda mais a definir as quantidades” e, associado à isso, as dificuldades de logística “revelaram-se quase intransponíveis”, onde “sérias dificuldades quase puseram a perder toda a operação” (SANTOS JR., 2009, pág.16)³⁰. Em julho de 2009, outra linha de crédito emergencial, novamente no valor de US\$5 milhões, foi concedida a São Tomé e Príncipe, utilizada para os mesmos fins da anterior, porém com dificuldades aumentadas (MEYER, 2009).

Desde a assinatura do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre os dois países, em 1984, várias iniciativas de cooperação entre os dois países foram implementadas por demandas apresentadas por aquele país e, em complemento, pelas missões realizadas pela ABC a São Tomé e Príncipe. Houve um visível progresso em todas as áreas, com uma atuação concreta da ABC em parceria com os Ministérios das Relações Exteriores, Educação, Cultura, Desenvolvimento e Comércio Exterior, Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ciência e Tecnologia. Após vista oficial ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de São Tomé e Príncipe, em novembro de 2000, empreendeu-se, em maio do ano seguinte, uma missão brasileira a São Tomé e Príncipe com o objetivo de identificar possibilidades de cooperação técnica a serem desenvolvidas entre os dois países. O estabelecimento de grandes projetos nas áreas de Saúde e Educação, a saber, “Apoio ao Ministério da Saúde de São Tomé e Príncipe na prevenção do DST/AIDS”³¹, “Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe”³² e “Bolsa-Escola em São Tomé e Príncipe”³³, aprofundou a presença brasileira no país africano.

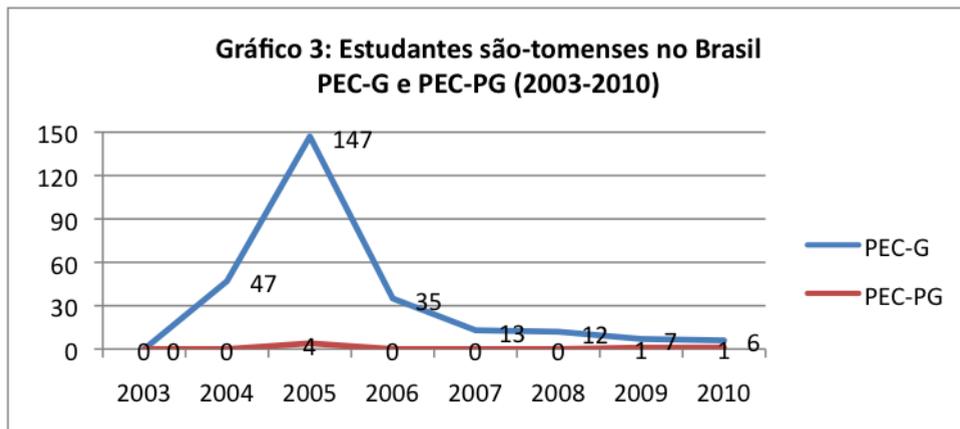
A continuidade dos referidos projetos foi garantida pela assinatura de novos documentos e emendas aos ajustes complementares anteriores. No entanto, problemas na distribuição das doações dos medicamentos antiretrovirais para tratamento do HIV-AIDS se tornaram-se frequentes e ocasionaram a diminuição dessa doações a partir de 2009.

³⁰ A única ligação permanente entre o Brasil e São Tomé e Príncipe é de um voo semanal Fortaleza-São Tomé, com escala de 24 horas em Cabo Verde, desde 2008. Em toda a documentação diplomática da embaixada do Brasil em São Tomé e Príncipe analisada, fica evidente a necessidade de ampliar-se a periodicidade desses voos comerciais, bem como estabelecer-se rota permanente dos voos da FAB para o país, pois essa questão logística “contribui para uma maior inserção brasileira, assim como no apoio aos projetos de cooperação e cultura desenvolvidos” (SANTOS JR., op. cit. pág 8).

³¹ Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do Projeto “Apoio ao Ministério da Saúde de São Tomé e Príncipe na Prevenção às DST/AIDS”, de 02/12/2000 e Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe para a Implementação do Projeto Ações de Prevenção e Controle do Vírus da Deficiência Imunológica Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) em São Tomé e Príncipe, de 18/08/2005.

³² Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação na Área de Educação para a Implementação do Projeto “Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe”, de 02/11/2003.

³³ Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do Projeto “Bolsa-Escola em São Tomé e Príncipe”, de 02/11/2003.



Fonte: Elaborado por meio de dados constantes do MRE e MEC.

Na área educacional, o acordo de cooperação cultural do Brasil com São Tomé e Príncipe é de 1984 tendo entrado em vigor em 1991. Esse viabilizou a entrada de alunos são-tomenses em instituições de ensino superior brasileiras. Pelos números acima, fica claro o aumento de demanda e interessados em estudar no Brasil no período estudado. Outro ponto demandado pelos são-tomenses na área educacional a partir de 2003 refere-se às tecnologias e treinamentos dos cursos de Educação à Distância (EaD), especialmente para ofertadas para as localidades no interior das ilhas.

Outro ponto relevante dessa cooperação bilateral e que têm relação direta com a formação de uma elite pró-Brasil, é aquela dada no âmbito das Chancelarias, especialmente na formação de diplomatas são-tomenses no Instituto Rio Branco, desde a década de 1980. Ampliando essa cooperação, em 2007 foi assinado um Memorando que previa a modernização e otimização de desempenho dos serviços exteriores são-tomenses, a partir de ações da Chancelaria brasileira.

No entanto, problemas internos são-tomenses tem consequências no aprofundamento mesmo das ações de cooperação educacional. Pode-se, assim, citar como exemplo a cooperação em formação diplomática (iniciada na década de 1990, a partir de quando o país africano passou a enviar ao Brasil, em maior ou menor número, um estudante para cursar o Instituto Rio Branco), sendo que no ano de 2009, o governo são-tomense chegou a desistir da vaga por falta de candidatos (a vaga foi preenchida por que a representação brasileira em São Tomé sugeriu nomes com curso superior concluído no Brasil).

Culturalmente, em 20 de março de 2008 foi inaugurado o Centro de Estudos Brasileiros-Centro Cultural Guimarães Rosa (CEB), na cidade de São Tomé, em São Tomé e Príncipe, como local de aprofundamento das ações educacionais e culturais desenvolvidas pela embaixada o Brasil no país (MRE, Nota nº 136, 2008). As atividades do CEB “são abrangentes e diversificadas”, ofertando à sociedade são-tomense cursos como capoeira, teatro de marionete, música e outras ações em parceria com o SEBRAE (técnicas de comercialização de produtos de artesanato), ou ainda, a pro-

moção de festas juninas, o custeio de grupos de teatro locais, a exposição de artes e a exibição de filmes brasileiros, semanalmente se configuraram como forma de mostrar parte da cultura brasileira aos são-tomenses e ampliar-se essa noção de povos-irmãos (SANTOS JR., 2009), tornando o CEB um polo cultural importante de São Tomé e Príncipe, atingindo os objetivos propostos pela política externa brasileira.

A cooperação técnica também tem sido redefinida na área agrícola, por meio dos Ajustes Complementares para o desenvolvimento de projetos na área de extensão rural e abrangeu novos temas, como o Esporte, por meio do Acordo de Cooperação Esportiva³⁴. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades Carlos Augusto dos Anjos acompanhado pelo Ministro das Obras Públicas e Infra-Estruturas, Delfim Santiago das Neves visitou o Brasil entre 25 e 29 de março de 2007 (MRE, Nota nº 124, 2007).

O Ministro dos Negócios Estrangeiros de São Tomé e Príncipe, Carlos Tiny visitou o Brasil em 19 e 20 de janeiro de 2009, e assinou Memorandos sobre cooperação em assuntos aquícolas e de pesca e também sobre a V Fase do programa Alfabetização Solidária (MEMORANDO, 2009), demonstrando que esse programa obteve resultados esperados. Antes, preparando sua vinda ao Brasil, reuniu-se com o embaixador brasileiro local e, conforme relato do próprio:

Visivelmente entusiasmado com a visita e com os desdobramentos para seu país, o Chanceler são-tomense abriu nossa reunião afirmando que o Brasil sozinho já seria capaz de “fazer” São Tomé e Príncipe, no sentido de que as experiências e os sucessos brasileiros, nos mais diversos domínios, seriam suficientes para o desenvolvimento de seu país, não sendo mais necessárias as dependências que se tem hoje de Portugal, Angola, Taiwan, etc. (SANTOS JR., 2009, pág.10).

Quanto ao Ministro Tiny, merece atenção que em toda a documentação analisada, ele aparece como o “principal entusiasta da cooperação brasileira” e passou tal entusiasmo ao Primeiro-Ministro Rafael Branco. Esse, de 09 a 13 de março de 2009, esteve no Brasil, com agenda oficial voltada ao aprofundamento da cooperação bilateral, principalmente nas áreas de agricultura (implantação do Programa Nacional de Extensão Rural) formação profissional (Centro de Formação Profissional Brasil-São Tomé e Príncipe), mas incluiu reuniões com empresários baianos e paulistas (MRE, Nota nº 100, 2009)³⁵. Essa opção pelo aprofundamento dos com o Brasil, no governo de Tiny e definiram o Brasil como “parceiro estratégico”, ao lado de Angola e Portugal, pois

A escolha era inevitável e tem seus motivos não apenas nas coincidências de línguas e costumes de ex-colônias portuguesas. Na verdade, dos três parceiros, Portugal apresenta

³⁴ Acordo de Cooperação Esportiva, Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do Projeto “Construção Institucional e Metodologia da Extensão Rural como Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar” em São Tomé e Príncipe e Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do “Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Área Agrícola da República Democrática de São Tomé e Príncipe”, todos de 02/11/2003.

³⁵ Visita essa que teve como efeito imediato a missão do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, entre maio de junho de 2009, responsável por mapear os principais problemas de infraestrutura de São Tomé e Príncipe.

cacoetes de antigo senhorio, e muitas vezes se comporta como tal. Angola, comporta-se como vizinho rico, a quem se recorre em casos de necessidade (desconfortavelmente frequentes para STP), e que por isso mesmo se permite manter um comportamento até certo ponto invasivo e opressivo. O Brasil seria, portanto, a alternativa sadia e inescapável (SANTOS JR., 2009, pág. 15-16).

Essa visão de uma relação necessária e profunda com o Brasil também ficou clara até na imprensa do país, pois

Discretamente e sem ondas, o Brasil encontrou a fórmula de se destacar e impor-se em África e no fechado clube dos países mais poderosos do mundo. Lula da Silva é hoje um dos chefes de Estado mais populares do planeta, como sublinhou o primeiro-ministro português, José Sócrates. Mas também é líder temido [sic] pôs em questão e revolucionou os métodos monolíticos de cooperação dos países tradicionalmente presentes em África (BRASIL: LULA DA SILVA E O GRITO DO IPIRANGA EM ÁFRICA, 2009, pág. 2).

Confirmando a relevância da relação com o Brasil, novamente em fevereiro de 2010, o Ministro dos Negócios Estrangeiros são-tomense Carlos Tiny visitou Brasília. Em novembro seguinte, o Ministro da Defesa Carlos Stock, veio ao Brasil. É interessante notar, também, que se a cooperação é o vetor da política externa brasileira para São Tomé e Príncipe, essa também passou por evoluções em seu teor, demandas e na sua concretização. A principal evolução diz respeito ao entendimento de que essa cooperação deva ser feita de forma séria e levando-se em conta as especificidades da sociedade e economia local, possibilitando, quando viável, a triangulação da cooperação, no sentido de promover o desenvolvimento, nos marcos da cooperação Sul-Sul. Exemplo positivo dessa triangulação referiu-se à parceira Brasil-Japão-São Tomé e Príncipe na oferta de cursos de capacitação profissional, com “transferência de tecnologia [...] e soluções criativas em cursos de curta duração e de fácil replicação” (MEYER, 2010, pág. 7)³⁶.

Ficou presente, entretanto, na análise da documentação diplomática uma forte crítica da representação brasileira em São Tomé em relação à cooperação bilateral ofertada pelos países desenvolvidos e organismos internacionais. Um exemplo interessante constante da documentação diplomática refere-se às doações de arroz para a população são-tomense, que acabou introduzindo tal ingrediente imprescindível da alimentação local, antes baseada no trio peixe-fruta pão-banana. Conforme a embaixada brasileira em São Tomé, fica evidente que nem todo tipo de cooperação é interessante aos países em desenvolvimento, como o caso são-tomense: “Como o país não produz, nem sequer tem esperanças de um dia vir a produzir arroz, as frequentes faltas desse produto no mercado geram crises políticas, que já derrubaram governos” (SANTOS JR, 2009, pág. 6).

A representação brasileira em São Tomé também teve papel central nessa ação cooperativa, no período de 2003 a 2010, seja na concretização de programas de

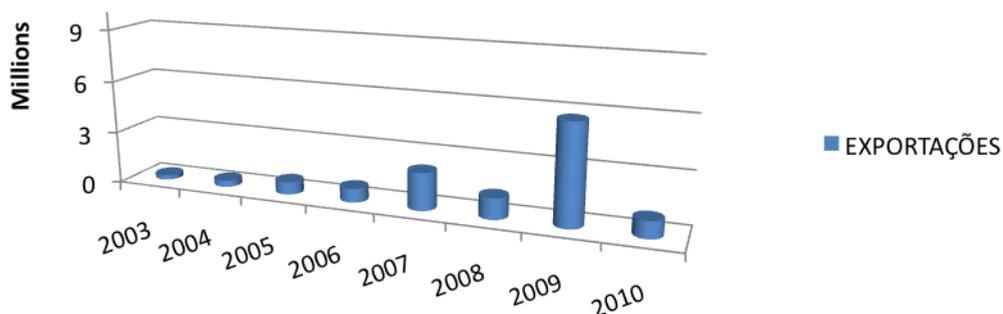
³⁶ Outras iniciativas de cooperação triangular que ocorreram no período são o projeto de combate ao trabalho infantil (Brasil-OIT-Cabo Verde) e a continuidade do projeto de cooperação educacional militar (Brasil-CPLP-União Africana).

cooperação ou na assinatura deles, diretamente com autoridades são-tomenses. Como exemplo concreto de como a presença brasileiro nas ilhas modificou o desenvolvimento local, em março de 2010, o embaixador brasileiro Arthur V. C. Meyer e a ministra da Defesa Nacional Elsa Pinto, assinaram Acordos que definem bem a realidade e as demandas das ilhas: implementação a) da Fase II do Programa Nacional de Alimentação Escolar em toda rede escolar pública de São Tomé e Príncipe, b) implementação da fase I do Fortalecimento Institucional da Gestão de Águas das principais cidades são-tomenses, no sentido de criar-se legislação ambiental e capacitação de técnicos para gerir o Plano Nacional para a Adaptação às Mudanças Climáticas, c) implantação da Política de Salário Mínimo nas ilhas, a partir da realização de audiências públicas e d) Programa de apoio à luta contra a tuberculose.

Também no âmbito multilateral, o Brasil aprofundou sua presença em São Tomé. Como exemplo, em face da realização da V Cúpula de Chefes de Estados e de Governo da CPLP, em São Tomé, o Brasil doou, em julho de 2004, US\$500 mil, pelas mãos do embaixador Paulo Dyrceu Pinheiro, para completar o orçamento do evento. Ainda nesse sentido, a promoção de uma série de cursos profissionalizantes realizados pela ABC, no âmbito da CPLP, como o de negociações comerciais, técnico de futebol, cooperação internacional, todos em 2008, também confirmam essa ação externa brasileira.

No que se refere ao comércio exterior bilateral, nota-se um aumento relativo no número total das exportações brasileiras para as ilhas no período 2003/2010, a base da pauta de exportações brasileiras³⁷ era da área alimentícia (açúcar e seus derivados, produtos de confeitaria, café, farinhas e bolachas/ biscoitos) e da área de bens manufaturados com relativo valor agregado (automóveis, produtos cerâmicos, madeiras, ferro fundido e tintas, móveis de madeira e plástico, produtos de vestuário, como calçado, paletós, cuecas e calças).

Gráfico 4: Exportações Brasileiras para São Tomé e Príncipe 2003-2010 (em US\$ F.O.B.)



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados constantes dos sistemas SISCOMEX e ALICEWEB do MDIC. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/> e <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Acesso em: 05 jan. 2011.

³⁷ São Tomé e Príncipe tem mais da metade de suas importações feitas a partir de Portugal (56,1% em 2010).

Os produtos mais vendidos pelo Brasil a São Tomé e Príncipe nesse período foram pedaços e miudezas congeladas de frango, representando em média, 35% da pauta entre 2003 e 2010. No entanto, concretizou-se a diversificação gradual da mesma, que além dos produtos supracitados passou a contar com material escolar (livros, dicionários, agendas), material audiovisual (CDs e DVDs), material elétrico (ferramentas, acessórios e aparelhos), de decoração (sofás, tapetes, cortinas, telas e espelhos), ampliando as possibilidades das micro e pequenas empresas brasileiras.

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Manufaturados	248.873	355.241	654.881	699.740	2.048.725	995.843	4.504.724	532.571
Semimanufaturados	--	--	--	--	--	83.040	35.160	--
Básicos	13.499	16.386	34.507	91.755	101.201	125.639	1.179.796	424.401
Serviços/outros	--	--	35.936	--	--	--	--	--
Total	262.372	371.627	725.324	791.495	2.149.926	1.204.522	5.719.680	956.972

Tabela 2 - Exportações Brasileiras para São Tomé e Príncipe 2003/2010 (em US\$ F.O.B.)
 Fonte: Tabela elaborada a partir de dados constantes dos sistemas SISCOMEX e ALICEWEB do MDIC. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/> e <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Acesso em: 05 jan. 2011.

As principais empresas brasileiras que no período 2003/2010 exportaram para São Tomé e Príncipe eram do ramo alimentício (Rigor Alimentos Ltda., Conservas Oderich SA., Sadia SA., Simonetto Alimentos Ltda., BRF – Brasil, Foods S.A., Céu Azul Alimentos Ltda., Avícola Carrer Ltda., Palmali - Industrial de Alimentos Ltda., entre outras) do ramo de produtos básicos do vestuário (Calçados Bebecê Ltda., Calçados Beira-Rio SA., São Paulo Alpargatas SA., Paquetá Calçados SA., Itabuna Têxtil) e do ramo da construção civil (Madeira Herval SA., Somapar Sociedade Madeira Paranaense Ltda., Cerâmica Cristofolletti Ltda., Imbralit, Artec – Pisos e revestimentos Ltda., Can-guru SA Indústria Comércio de produtos plásticos).

As importações brasileiras de São Tomé e Príncipe foram quase nulas entre 2003 e 2010, à exceção dos anos de 2003 (US\$125.480), 2004 (US\$417.630), 2005 (US\$105.000), 2006 (US\$3.140) e 2008 (US\$8.067), quando o Brasil comprou pequenas quantidades de cacau in natura (o principal produto de exportação são-tomense). Entretanto, um condicionante negativo nesse intercâmbio comercial refere-se às questões de logística, onde o alto valor do frete marítimo das mercadorias, que inibem os empresários dos dois lados do Oceano Atlântico a aumentar exportações e importações. Também por esse motivo e pelo tamanho diminuto da economia são-tomense, o investimento direto (ou em carteira) brasileiro no país ainda não existe.

Considerações finais

No período inicial da política externa brasileira para São Tomé e Príncipe (1975/1990), ficou evidente que a prioridade do Brasil era o teor político dessa ação, evidenciada pelo estabelecimento do contato diplomático no imediato pós-in-

dependência e atrelamento desses Estados periféricos a um entendimento comum do sistema internacional e da suas conseqüentes inserções. O contexto de Guerra Fria posicionava São Tomé e Príncipe ora para o lado socialista (URSS, Cuba e China), especialmente no imediato pós-independências, ora para um lado pró-Occidente (Estados Unidos, Portugal e França) a partir de 1983, com a crise das dívidas externas e as necessárias reformas econômicas liberais nesses países.

O Brasil, nesse ínterim, apareceu como alternativa política de não alinhamento ao país africano, vislumbrando uma parceria para o desenvolvimento daqueles, por meio da cooperação. Aproximar-se desses países inseria o país no patamar dos países doadores de cooperação (mas não doador líquido), ampliando sua influência no Atlântico Sul. Vale ainda frisar sobre a coercitiva manutenção de laços com Portugal dos Pequenos PALOP, em razão do contencioso colonial: as questões relacionadas ao Banco Nacional Ultramarino, ao funcionalismo público e as antigas contas interprovinciais foram pauta obrigatória das relações desses países com Portugal, independente de sua órbita pró-Occidente ou pró-Socialismo.

A análise da bibliografia e documentação oficial evidenciou que, após esses primeiros contatos oficiais, o Brasil buscou mapear a real dimensão que as relações com as ilhas poderiam alcançar. As inúmeras missões técnicas e visitas de Ministros e Chefes de Governo de Brasília para São Tomé (e de lá para cá) ocorreram nesse sentido, ao elencarem as demandas bilaterais; primeiro exploratórias, essas missões e visitas se tornaram mais específicas ao longo da década de 1980. Restou clara a demanda brasileira: influência política e relações comerciais potenciais (mas não reais, nesse momento).

A ação brasileira para efetivar essa influência se pautou na área de cooperação horizontal, onde as frequentes reuniões da Comissão Mista foram fundamentais. As demandas africanas se identificavam com ações de cooperação nos setores de saúde, educação, ciência e tecnologia, administração pública e, inerente a todos os setores, treinamento de recursos humanos. O Brasil, por sua vez, nem sempre conseguiu efetivar tais projetos, pois seus recursos não eram obtidos ou autorizados pelo Congresso Nacional, fato que direcionou a base dessa cooperação na área educacional (por meio de bolsas de ensino, treinamento por setores, entre outros) e na conseqüente formação de uma elite nesses países que fosse favorável às relações bilaterais com o Brasil. Assim, termos como “coordenação política”, “amizade e confiança”, “vantagens mutuamente satisfatórias”, “esforços comuns”, “estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional”, “respeito às soberanias nacionais”, “desenvolvimento” e “cooperação” aparecem reiteradamente nos textos oficiais.

No segundo momento da política externa brasileira para São Tomé e Príncipe (1990/2002), ficou claro que o Brasil relativizou sua ação para esses países (e para a África em geral), diminuindo acentuadamente os contatos, inclusive o teor político que dava o atrelamento desses Estados em desenvolvimento a um entendimento comum do sistema internacional e das suas conseqüentes inserções. O contexto do fim da Guerra Fria trouxe consigo instabilidades nos quatro Estados, onde o aprofundamento das crises das dívidas externas e as conseqüentes reformas econômicas

liberais se consolidaram, contudo resolvendo parcialmente os problemas no Brasil e em São Tomé e Príncipe.

Em relação ao período de 2003 a 2010, o número expressivo de acordos e ajustes na área da cooperação assinados (27 no total) demonstra claramente o grau de demandas daquela país dessa ação brasileira. Acordos nas áreas de saúde, educação, política salarial, legislação ambiental, artesanato, extensão rural, esportes, entre outros, vislumbram volume de deficiências são-tomenses, cujas ações de saneamento tem no Brasil o principal executor. No entanto, na documentação diplomática da representação brasileira em São Tomé, aliadas a essas ações, também são frequentes expressões como “falta de resposta do lado são-tomense”, “entraves pontuais”, “desorganização do governo são-tomense”, “não existência de profissionais aptos para finalizar o projeto [ou ação]”, “nunca saíram do papel”. Entende-se, então, que as relações Brasil-São Tomé e Príncipe, comparadas aos demais Pequenos PALOP, ainda estão numa fase preliminar, pois tanto por motivos são-tomenses quanto por motivos brasileiros, as ações de cooperação bilateral tem sido empreendidas, porém com demora e problemas pontuais em sua execução.

Percebeu-se, também, um aumento sem muita significância nas relações comerciais entre o Brasil e São Tomé e Príncipe no período. No entanto, quando analisado o valor bruto do crescimento das exportações e importações brasileiras, percebe-se um aumento constante na participação das exportações brasileiras destinadas àquele país. Os altos e baixos das permutas comerciais de 1974 a 2002 estiveram relacionados à ações de algumas empresas brasileiras que não conseguiram manter o nível dessas trocas, face as dificuldades econômicas em São Tomé e Príncipe, mas especialmente pelas profundas deficiências no setor de transportes de cargas, que encareciam o valor do frete em mais de 100%. A perspectiva é que esse tema relacionado aos aspectos de logística e transportes de cargas entre o Brasília e São Tomé (e com os demais PALOP) seja a pauta bilateral prioritária dos próximos anos. Assim, ainda que se constatasse um avanço na política externa brasileira para São Tomé e Príncipe, os números do comércio bilateral ainda não são expressivos, mas tornaram-se, desde 2003, mais constantes, com a diminuição relativa das instabilidades anteriores.

Assim, compreende-se que a cooperação Sul-Sul tem gradualmente, desde 1975, transformado em ação prática as relações históricas, legitimando essa ação política do Brasil para São Tomé e Príncipe (e os demais PALOP), cuja recíproca é verdadeira ao identificar-se que, nos dois lados do Atlântico Sul, a busca pelo desenvolvimento econômico e social é a tônica das respectivas ações externas.

Referências

ACORDO GERAL de Cooperação entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, de 26 de junho de 1984. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº.68, 1º Semestre 1991, pág. 190-192.

AMORIM, Celso. O Brasil e o renascimento africano. Folha de São Paulo, 25/05/2003. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº. 92, 1º semestre de 2003, pág. 238-240.

- _____. Brazilian foreign policy under Presidente Lula (2003-2010): an overview. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 53 (especial edition), 2010a, pág. 214-240.
- ARRUDA, Sérgio. BRASEMB LUANDA [**Telegrama nº 00049B**], 18/05/1984, Luanda [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 02 pág. Política externa são-tomense.
- _____. BRASEMB LUANDA [**Telegrama nº 000612**], 27/03/1985, Luanda [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 01 pág. Demandas são-tomenses na área de cooperação bilateral.
- AZEREDO DA SILVEIRA, Antônio Francisco. Brasil insiste na reforma da ordem econômica mundial. Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antônio F. Azeredo da Silveira, na abertura da XXX Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em 22 de setembro de 1975. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº 6, jul/ago/set-1975, pág. 35-39.
- BAENA SOARES, João Clemente. Discurso do Secretário-Geral das Relações Exteriores, João Clemente Baena Soares, no Palácio Itamaraty, em Brasília, em 26 de maio de 1980, por ocasião de almoço oferecido ao Ministro da Agricultura de São Tomé e Príncipe, Arlindo Gomes, e transcrição das palavras proferidas, de improviso, pelo Ministro Arlindo Gomes. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº.25, abr/maio/jun 1980, pág. 87-89.
- BUENO, Clodoaldo & CERVO, Amado Luiz. **História da política exterior do Brasil**. 3ª Ed. Brasília: Ed. Da UnB, 2008.
- BRASEMB SÃO TOMÉ. [**Memorando nº 00211**], 07/11/2003, São Tomé [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 04 pág. Impacto da visita do Presidente Lula da Silva e comitiva a São Tomé e Príncipe.
- _____. [**Memorando nº 00302**], 11/08/2005, São Tomé [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 04 pág. Repercussão da visita do Presidente Fradique de Menezes ao Brasil.
- _____. [**Telegrama nº 00142**], 17/02/2010, São Tomé [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 02 pág. Demanda são-tomense por cooperação bilateral.
- BRASIL. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. ESTATÍSTICAS DE COMÉRCIO EXTERIOR. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/portal>> Acesso em: 10 jan. 2011.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. [Nota nº. 411], 19/08/2005. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>> Acesso em: 01 fev. 2010. Nota contendo o Comunicado Conjunto da visita oficial ao Brasil do Senhor Fradique Bandeira Melo de Menezes, Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. [Nota nº. 136], 19/03/2008. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>> Acesso em: 01 fev. 2010.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. [Nota nº. 100], 10/03/2009. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>> Acesso em: 01 fev. 2010.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. [Nota nº. 509], 09/10/2009. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>> Acesso em: 01 fev. 2010.

- BRASIL: LULA DA SILVA E O GRITO DO IPIRANGA EM ÁFRICA. **Jornal Digital ST&P**, 12 de julho de 2009, (pág. 01-01). Disponível em: <<http://www.jornaldigital.com>> Acesso em: 25 nov. 2009.
- CERVO, Amado Luiz. Brazil's rise on the international scene: Brazil and the world. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 53 (especial edition), 2010, pág. 7-32.
- CHABAL, Patrick. O Estado pós-colonial na África de expressão portuguesa. **SORONDA: Revista de Estudos Guineenses**, nº. 15, jan/1993a, pág. 37-56.
- COMUNICADO conjunto da visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a São Tomé e Príncipe. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, ano 30, nº. 93, 2º semestre 2003d, pág. 351-356.
- DENNY, L. M. & RAY, Donald I. **São Tomé and Príncipe: economics, politics and society**. In: TORP, Jens Erik; DENNY, LM; RAY Donald I. **Mozambique. São Tomé and Príncipe: politics, economics and society**. London:Pinter Publishres, 1988, pág. 121-204.
- GOVERNO BRASILEIRO envia mensagem de congratulações pela data nacional de São Tomé e Príncipe. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº 26, jul/ago/set 1980, pág. 195.
- GUIA DO INVESTIDOR PARA SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Nova Iorque/São Tome: Universidade de Columbia/Governo de São Tomé e Príncipe, 2008.
- LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- LAMPREIA, Luiz Felipe. Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, no Seminário “A importância do relacionamento comercial e cultural entre o Brasil e os países africanos”, comemorativo ao Dia da África, promovido pela Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, em Brasília, em 25 de maio de 1995 in **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº. 76, 1º Semestre de 1995, pág. 202-203.
- _____. Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do almoço oferecido pelos embaixadores africanos acreditados junto ao Governo Brasileiro, Brasília, 2 de maio de 1996. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, ano 23, nº. 78, 1º Semestre de 1996a, pág. 197-199.
- _____. Brasil e Portugal na Comunidade. **Jornal do Brasil**, 17 de julho de 1996. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, ano 23, nº. 79, 2º Semestre de 1996b, pág. 214-215.
- LINHA MARÍTIMA VIABILIZARIA TROCAS, **Diário do Nordeste**, 03/03/2009. Disponível em: <<http://www.diariodonordeste.globo.com/nateria.asp?codigo=667531>> Acesso em: 03 set. 2009.
- LULA DIZ que foi à África para ‘arar a terra’. **Valor Econômico**, 14 de abril de 2005, pág. A6.
- LULA EXALTA VALORES DEMOCRÁTICOS. **Correio Braziliense**, 27 de julho de 2004. Disponível em: <http://www.sistemas.aids.gov.br/imprensa/Noticias.asp?NOTCod=58814> Acesso em: 08 jun. 2009.

LULA QUER vãos para África. **Zero Hora**, 29 de maio de 2007, pág. 12.

MEYER, Arthur V. C. BRASEMB SÃO TOMÉ [**Telegrama nº 00375**], 28/07/2009, São Tomé [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 2 pág. Linha de crédito emergencial para São Tomé e Príncipe.

_____. BRASEMB SÃO TOMÉ [**Telegrama nº 00499**], 21/08/2010, São Tomé [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 3 pág. Cooperação bi e multilateral com São Tomé e Príncipe.

PIMENTEL, João Vicente S. Relações entre o Brasil e a África subsaariana. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, Vol. 43, nº1, 2000, pág. 5-23.

PINHEIRO, Paulo Dyrceu. BRASEMB LUANDA [**Telegrama nº 00007A**], 08/08/1987, Luanda [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 03 pág. Relações Brasil-São Tomé e Príncipe.

_____. BRASEMB SÃO TOMÉ [**Memorando nº 00351**], 19/09/2005, São Tomé [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 03 pág. Política externa são-tomense.

SANTOS JR., Manuel Inocência de Lacerda. BRASEMB SÃO TOMÉ [**Telegrama nº 00031**] 02/02/2009, São Tomé [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 14 pág. Relato sobre presença brasileira em São Tomé e Príncipe.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE À ESPERA DO BRASIL. **África 21**, nº 28, abril de 2009 (pág. 58-59).

SEIBERT, Gerhard. **Camaradas, clientes e compadres**: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe. 2ª Ed. Lisboa: Vega, 2002.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Congresso Nacional em 1 de janeiro de 2003. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, ano 30, nº. 92, 1º semestre de 2003a, pág. 13-20.

_____. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de chegada a Portugal, em 10 de julho de 2003. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, ano 30, nº. 93, 2º semestre de 2003b, pág. 23-30.

_____. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva por ocasião do almoço oferecido pelo Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, em 02 de novembro de 2003. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, ano 30, nº. 93, 2º semestre de 2003c, pág. 185-189.

TÉCNICOS africanos participam de curso em Brasília in **EMBRAPA**, 25/10/2007. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/2007/outubro/4a-semana/tecnicos-africanos-participam-de-curso-em-brasilia/?searchterm=cabo%20verde>> Acesso em: 20 nov. 2009.

VALADARES, Hildebrando Tadeu Nascimento. DEAF-MRE [**Memorando**], 26/11/1985, Brasília [para] BRASEMB LUANDA, Luanda. 02 pág. Participação brasileira na 1ª Conferência de Parceiros de Desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.